

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

Gabriel Ornelas Ribeiro Chaves

PROGRAMA FICA VIVO!: reflexos da interrupção da política de
prevenção social à criminalidade (2017) na execução do
programa de controle de homicídios

Belo Horizonte
2018

Gabriel Ornelas Ribeiro Chaves

**PROGRAMA FICA VIVO!: reflexos da interrupção da política de
prevenção social à criminalidade (2017) na execução do
programa de controle de homicídios**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em
Administração Pública da Escola de Governo Professor
Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro,
como requisito parcial para a obtenção de título de
bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Cerqueira Batitucci

Belo Horizonte
2018

C512p

Chaves, Gabriel Ornelas Ribeiro.

Programa Fica Vivo! [manuscrito] : reflexos da interrupção da política de prevenção social à criminalidade (2017) na execução do programa de controle de homicídios / Gabriel Ornelas Ribeiro Chaves. – 2018.

[18], 82 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

Orientador: Eduardo Cerqueira Batitucci

Bibliografia: f. 83-86

1. Prevenção de crimes – Minas Gerais. 2. Políticas públicas – Minas Gerais. 3. Segurança pública – Minas Gerais. 4. Programa Fica Vivo. I. Batitucci, Eduardo Cerqueira. II. Título.

CDU 351.78 (815.1)

Gabriel Ornelas Ribeiro Chaves

**PROGRAMA FICA VIVO!: reflexos da interrupção da política de
prevenção social à criminalidade (2017) na execução do
programa de controle de homicídios**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em
Administração Pública da Escola de Governo Professor
Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro,
como requisito parcial para a obtenção de título de
bacharel em Administração Pública.

Prof. Dr. Eduardo Cerqueira Batitucci (Orientador) – Fundação João Pinheiro

Prof. Dr. Luís Felipe Zilli do Nascimento – Fundação João Pinheiro (Banca Examinadora)

Prof^ª. Dr^ª. Karina Rabelo Leite Marinho – Fundação João Pinheiro (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, novembro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que contribuíram para a realização deste trabalho, fica expressa aqui a minha gratidão, especialmente:

Ao professor e orientador Eduardo Batitucci, pela orientação, pelo aprendizado e apoio em todos os momentos necessários.

À cada um dos entrevistados, por enriquecerem essa pesquisa.

À equipe do Fica Vivo! e da SUPEC, por me acolherem com tanto carinho no estágio, e por me fazerem compreender a importância da atuação do servidor público como transformador social.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

Aos meus familiares e amigos por me apoiarem e acreditarem em mim.

À Deus pela oportunidade.

RESUMO

Em 2017, a disputa jurídica em torno do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para a cogestão das atividades da Política de Prevenção Social à Criminalidade do estado de Minas Gerais resultou na interrupção do Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!. Este estudo buscou pesquisar e apontar os reflexos da paralisação da política de prevenção à criminalidade na execução do Programa Fica Vivo!, a partir da visão de seus atores. Objetivou-se também perceber como a descontinuidade dessa política pública afeta a legitimidade frente ao público atendido e frente às comunidades em que ela se desenvolve. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com analistas sociais, gestores sociais, oficineiros e policiais do Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco que atuam em três diferentes Centros de Prevenção à Criminalidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte ou nos seus territórios de abrangência. Além disso, foram entrevistados três profissionais de cargos estratégicos associados ao programa, sendo eles: Supervisor Metodológico, Diretora de Proteção Social da Juventude e Subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade. Nessas entrevistas foram abordadas as atividades desempenhadas por cada um dos diferentes profissionais e os seus efeitos esperados, de maneira a descobrir os possíveis impactos da sua ausência. A partir da metodologia adotada, foi possível perceber perdas significativas no trabalho e um desafio na retomada das atividades, principalmente relacionadas ao desconhecimento da dinâmica criminal e das violências das comunidades; à quebra de vínculo entre o público e os profissionais; ao enfraquecimento das articulações da rede de proteção sócio comunitária; e à ausência da fala de proteção social nas reuniões dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE). A perda da legitimidade e a expectativa de encerramento do programa são relatos recorrentes ao longo das entrevistas, o que reforça a importância da continuidade do Programa e da busca pela institucionalização da Política de Prevenção.

Palavras-chave: Segurança Pública. Prevenção à Criminalidade. Programa Fica Vivo!. Disputa Jurídica. Interrupção de Políticas Públicas.

ABSTRACT

In 2017, the legal dispute over the Partnership Agreement signed by the State Department of Public Security and Civil Society Organizations of Public Interest (OSCIPs) for co-management of the activities of the Social Crime Prevention Policy of the state of Minas Gerais resulted in the interruption of the Homicide Control Program – Fica Vivo!. This study aimed to research and point out the reflexes of the paralysis of the crime prevention policy in the execution of the Fica Vivo! program, based on the vision of its actors. The objective was also to understand how the discontinuity of this public policy affects the legitimacy in front of the public served and the communities in which it develops. For this purpose, semi-structured interviews were conducted with social analysts, social managers, “oficineiros” and police officers of the Special Group on Risk Area Policing (GEPAR) that work in three different Crime Prevention Centers in the Metropolitan Region of Belo Horizonte or in their territory. In addition, three professionals of strategic positions associated to the program were interviewed, being: Methodist Supervisor, Director of Social Protection of the Youth and Undersecretary of Policies of Social Prevention to the Crime. In these interviews, the activities carried out by each one of the different professionals and their expected effects were approached in order to discover the possible impacts of their absence. From the adopted methodology, it was possible to perceive significant job losses and a challenge in the resumption of activities, mainly related to the lack of knowledge of the criminal dynamics and the violence of the communities; the breakdown of links between the public and professionals; weakening of the articulations of the socio-communal protection network; and the absence of social protection speech at the meetings of the Strategic Intervention Groups (GIE). The loss of legitimacy and the expected closure of the program are recurrent reports throughout the interviews, which reinforces the importance of the continuity of the Program and the search for the institutionalization of the Prevention Policy.

Keywords: Public Security. Prevention of crime. Fica Vivo!. Legal Dispute. Interruption of Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Concentração de homicídios em Belo Horizonte (1995-2001)	32
Figura 2 - Marco Lógico do Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média de participação mensal de jovens no Programa Fica Vivo! (2006-2017).....	45
Gráfico 2 - Número de oficinas do Programa Fica Vivo! executadas mensalmente (2010-2017).....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAPA	Programa Central de Acompanhamentos de Penas e Medidas Alternativas
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil - 1988
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CPEC	Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade
CPC	Centro de Prevenção à Criminalidade
CRISP	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
FV!	Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
GEPAR	Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco
GIE	Grupo de Intervenção Estratégica
IELO	Instituto Elo
IJUCI	Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania
MG	Minas Gerais
NCPO	Núcleo Central de Parcerias com OSCIPs
NPC	Núcleos de Prevenção à Criminalidade
OSCIP	Organização de Sociedade Civil de Interesse Público
PMC	Programa Mediação de Conflitos
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PPCAM	Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte
PRESP	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SPEC	Superintendência de Prevenção à Criminalidade
SUPEC	Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	23
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	25
3.1 Problemas e a formação de agenda governamental	26
3.3 Fica Vivo! como política pública	31
4 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	35
4.1 Nova agenda para a segurança pública: segurança cidadã	36
4.2 Políticas Públicas de prevenção social à criminalidade: origens e concepções	38
5 POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS ...	41
5.1 O programa Fica Vivo!	43
5.1.1 Marco lógico	46
5.1.2 Proteção social.....	49
5.1.3 Intervenção estratégica.....	50
6 PARCERIAS COM OSCIPS E A EXPERIÊNCIA DA SESP.....	53
7 VISÃO DOS ATORES A RESPEITO DA INTERRUPÇÃO	57
7.1. Analistas sociais	57
7.1.1 <i>Análise da dinâmica social das violências e projetos</i>	58
7.1.2 <i>Gestão de oficinas</i>	60
7.1.3 <i>Atendimentos individuais</i>	62
7.2 Oficineiros	63
7.3 Gestores	66
7.3.1 <i>Gestão da equipe técnica e ações de proteção social</i>	67
7.3.2 <i>Articulações com a rede</i>	68
7.3.3 <i>Parceria com o GEPAR</i>	69
7.3.4 <i>Reuniões do GIE</i>	70
7.4 GEPAR	71
7.5 Cargos estratégicos	74
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES.....	89
APÊNDICE A - Roteiro para entrevistas do corpo estratégico	89
APÊNDICE B - Roteiro para entrevistas de oficinairos	91
APÊNDICE C - Roteiro para entrevistas do GEPAR.....	93
APÊNDICE D - Roteiro para entrevistas de gestores.....	95
APÊNDICE E - Roteiro para entrevistas do corpo estratégico	97
ANEXO - Quadro Lógico do Programa Fica Vivo!	99

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a atuação das políticas de segurança pública no Brasil foi marcada pela doutrina de Segurança Nacional do regime militar, o que significa a convergência dos organismos de segurança pública à atuação das Forças Armadas, que utilizava de violência, autoritarismo e discriminação para preservar a ordem e garantir o “interesse nacional”. A CF/88, buscando reverter esse quadro de atuação, estabelece o “Paradigma da Segurança Pública”, pautado no controle e prevenção da violência, com predominância da atividade das instituições policiais e da justiça criminal. A modificação dos paradigmas de atuação da segurança pública no território brasileiro insere na agenda das políticas públicas, posteriormente, a busca por um ambiente propício e adequado para convivência pacífica de pessoas (CIDH, 2009, p. 7), desenvolvendo em Minas Gerais um novo eixo de atuação, pautado na prevenção à criminalidade e controle de fatores de risco.

A política de prevenção à criminalidade ganha forças em Minas Gerais e passa a ocupar um espaço na agenda governamental a partir do advento da ideia de segurança pública preventiva e cidadã em nível nacional e, também, após a verificação do aumento das taxas de crimes violentos no estado. Apesar do surgimento da política de prevenção como alternativa à atuação policial, sua forma de execução é feita através de OSCIP e, em virtude de uma questão judicial, ela foi interrompida em 2017. Desse modo, apesar de tais alterações no escopo da segurança pública, o alcance efetivo de uma política de prevenção à criminalidade que possa gerar resultados positivos se dará no médio ou longo prazo, de forma que a descontinuidade das novas diretrizes por parte dos diferentes níveis de governo da federação ou a não previsão orçamentária para o setor podem ser extremamente prejudiciais, como destaca Battibugli. (2012, p. 57).

A disputa jurídica em torno do termo de parceria no valor de R\$90 milhões por 30 meses impediu que a OSCIP vencedora – Instituto Elo (IELO) – desse continuidade à execução da política de prevenção social à criminalidade do estado de Minas Gerais. A impugnação ao Edital se deu a partir de uma contestação do Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (Ijuci) no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), apontando vários possíveis vícios no edital. Nesse contexto, o programa teve a paralisação total dos seus atendimentos por aproximadamente seis meses e retomou suas atividades no começo do mês de janeiro de 2018, após decisão do TJMG.

Sendo o Programa Fica Vivo! considerado um dos carros-chefes desse eixo de atuação da segurança pública de Minas Gerais, ele se propõe a trabalhar no sentido de reduzir a

incidência de homicídios dolosos mediante a prevenção e redução de conflitos e rivalidades que envolvam jovens e adolescentes moradores das áreas de abrangência dos Centros de Prevenção à Criminalidade (CPCs) por meio de atividades como análise da dinâmica social de violências e criminalidade do território, atendimentos individuais, oficinas de esporte e cultura, entre outros (SUPEC, 2017). Tendo em vista o importante papel desempenhado por gestores, analistas sociais e oficinairos no sentido de conhecer as realidades comunitárias e ampliar o contato com jovens, que possam ter proximidade com atividades ligadas ao crime, a interrupção das atividades desempenhadas pode vir a gerar um atraso na percepção e obtenção de informações relativas a dinâmica social e criminal dos locais.

Diante da relevância no assunto exposto no contexto atual do estado de MG, o presente trabalho buscará, por meio de pesquisa qualitativa, apresentar os reflexos da interrupção da política de prevenção à criminalidade no programa Fica Vivo! tendo em vista as atividades desempenhadas dentro de seus eixos de atuação e os seus efeitos esperados, de maneira a potencializar o papel e importância do programa nas áreas de abrangência e impulsionar uma discussão que possibilite a criação de mecanismos que impeçam a paralisação total da sua execução. Além disso, se levanta aqui outras questões que se tentará responder ao longo do processo: como essa interrupção afeta a visão dos atores envolvidos frente ao programa? O vínculo e confiança construídos ao longo dos anos de execução são afetados? Quais desafios foram revelados para as equipes que começaram o trabalho após a interrupção? Apesar da relevância para o tema tratado, o presente trabalho não versará sobre discussões jurídicas relacionadas a disputa entre OSCIPs pelo termo de parceria.

Como objetivo geral, essa pesquisa pretende investigar e apontar os reflexos da paralisação da política de prevenção social à criminalidade observados na execução do programa FV!, a partir da visão de seus atores. Levar-se-á em conta os dois eixos de atuação - proteção social e intervenção estratégica – propostos na metodologia da política. Dentro dessa perspectiva deve-se analisar as atividades cotidianas desempenhadas: oficinas, atendimentos individuais, projetos locais, entre outras.

De forma mais específica, se buscará colocar em discussão com os diversos atores da política (analistas sociais, gestores dos Centros de Prevenção à Criminalidade, oficinairos e policiais do Grupo Especial de Policiamento e Áreas de Risco – GEPAR, além do corpo estratégico do programa) qual a importância das atividades desempenhadas para o objetivo geral do FV! e, a partir disso, entender quais foram as consequências da paralisação para as atividades propostas no marco lógico do programa a partir da percepção de seus atores, sendo algumas delas:

- a) análise da dinâmica social das violências e da criminalidade;
- b) oferta de oficinas;
- c) projetos locais e de circulação;
- d) atendimentos individuais;
- e) reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica (GIE); e
- f) articulação dos órgãos e atores de segurança pública e do Sistema de Justiça.

Além disso, o trabalho lança olhar para os possíveis impactos que se apresentam na retomada das atividades e do contato com a comunidade.

Convergindo com a discussão, surge no momento da redação do projeto de pesquisa um contexto de paralisação das atividades desempenhadas por funcionários do IELO, dessa vez motivada pelo atraso no repasse de recursos do termo de parceria, impactando na remuneração de pessoal. Esse cenário aumenta a necessidade de potencializar essa discussão e investigação acerca dos reflexos gerados.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa buscará analisar o período de interrupção do Programa Fica Vivo no ano de 2017 e os seus possíveis reflexos para a execução dessa política pública. O trabalho pode ser considerado de caráter exploratório, devido ao fato da recente ocorrência da problemática apresentada e a falta de estudos produzidos sobre o tema. Apesar de outros trabalhos envolvendo a política de prevenção de Minas Gerais mencionarem possíveis problemas e também pela existência de outras análises referentes a interrupções de políticas públicas, a abordagem da monografia busca confirmar algumas hipóteses, como é usual nesse tipo de pesquisa:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão". (GIL, 2002, p. 41).

De modo a fundamentar a análise das informações coletadas, faz-se uma extensa revisão de pontos contidos nas bibliografias existentes referentes ao processo de surgimento e implementação de políticas públicas, a evolução das políticas de segurança pública no Brasil, a experiência da política de prevenção social à criminalidade no estado de Minas Gerais e o Programa Fica Vivo e suas especificidades (em especial no que se refere às atividades desempenhadas pelas equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade e os efeitos esperados, dando atenção ao marco lógico da política), além do próprio modelo de parceria entre a SESP e o terceiro setor. A revisão bibliográfica acompanha também o desenvolvimento da visão dos atores a respeito do momento pesquisado, de forma a explicar os cargos analisados e as atividades que competem a eles.

No que diz respeito à coleta de informações, o trabalho utiliza uma abordagem especialmente qualitativa, tendo em vista que o foco se encontra no caráter subjetivo dos atores do programa Fica Vivo a respeito da paralisação, estudando tal corte temporal a partir das suas experiências e particularidades. Dentro dessa perspectiva, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (como mostra os roteiros de entrevista nos apêndices A, B, C e D) com os principais atores envolvidos na execução da política de controle de homicídios: a equipe do programa em cada localidade (gestor e dois analistas), um oficinheiro de cada

localidade e o policial no comando do GEPAR (ou representante, como foi o caso do Minas Caixa) que atua na região – totalizando 15 entrevistados -, de forma a possibilitar a verificação dos reflexos da paralisação do programa desde o ponto de vista do trabalho executado nas áreas de abrangência. A escolha por entrevistas semiestruturadas ocorreu com o objetivo de possibilitar o diálogo e entendimento de maneira mais detalhada das funções desempenhadas pelos diferentes atores do FV!. A partir das perguntas presentes nos roteiros e outras perguntas complementares, foi possível obter outras perspectivas em relação a paralisação da política de prevenção, que foram incorporadas ao texto posteriormente.

Os territórios de abrangência escolhidos para análise foram Minas Caixa (na região de Venda Nova), PTB (Betim) e Serra (aglomerado situado na zona sul da capital, sendo a maior favela de Minas Gerais). Essa seleção possibilita uma visão mais ampla de diferentes territórios dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, levando em conta também a diversidade de contextos no que se refere à dinâmica social das violências e da criminalidade, além da organização da equipe nos Centros de Prevenção. Nesse sentido, o CPC Serra foi escolhido para representar uma gestão mais organizada e com dinâmica criminal “controlada”, o CPC Minas Caixa se enquadraria numa organização e dinâmica criminal de caráter mediano e, por fim, o CPC PTB com uma dinâmica criminal mais conturbada e gestão da equipe com difícil organização.

Ademais, a fim de obter uma percepção mais voltada ao caráter político e metodológico, foram entrevistados 3 profissionais de cargos estratégicos (a partir do roteiro apresentado no apêndice E) para o Programa Fica Vivo e para a política de prevenção social à criminalidade (Supervisor Metodológico, Diretora de Proteção Social da Juventude e Subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade). Essa abordagem revela características de grande valia para o propósito do trabalho, tendo em vista que participam e participaram ativamente no processo de resolução da disputa jurídica e retomada do Fica Vivo.

Dessa forma, a metodologia utilizada foi capaz de atender aos objetivos propostos pela pesquisa. Por um lado, se expõe as atividades desempenhadas pelos atores envolvidos na execução do Programa Fica Vivo! e os seus reflexos percebidos e, por outro, é possível perceber questões ligadas a metodologia do programa e também às questões políticas que envolvem uma política pública, como é o caso da própria institucionalização do programa.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As sociedades modernas têm em comum a característica de diferenciação social, isso significa que além da pluralidade de atributos – como idade, sexo, estado civil, escolaridade, renda, etc. –, as pessoas são marcadas também por diversas opiniões, interesses, valores e aspirações divergentes. Essa característica inerente das sociedades faz com que a vida em conjunto seja complexa e envolva constantemente a existência de conflitos. Existem duas formas para administrar esses conflitos, uma é a coerção pura e simples e a outra, característica das democracias, é por meio da política como esfera de decisão social.

Para entender o conceito de política como forma de resolução de conflitos e esfera de decisão social em uma democracia, a explicação de Ruz (1997, p. 1) restringe a amplitude de uma definição como resolução pacífica de conflitos, propondo que “é possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Ou seja, seriam procedimentos de ordenação institucional destinados à organização da convivência em sociedade e construção de consensos em torno dos interesses sociais em disputa.

As políticas públicas, por sua vez, são resultados ou outputs da atividade política – conjunto de decisões seguido pelo governo e sua autoridade governamental para tratar de um tema de interesse público. Dessa forma, se faz necessária a diferenciação de política pública da própria decisão política: enquanto a política pública envolve normalmente uma série de decisões e a determinação de diversas ações de maneira estratégica para a implementação do que foi planejado, a decisão política se refere a questões de poder em geral, tratando da escolha entre uma gama de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos envolvidos. É possível concluir, então, que uma política pública requer uma decisão política, mas nem sempre uma decisão política leva a execução de uma política pública.

Tendo um caráter público, as políticas públicas são marcadas, portanto, pela existência de conflitos, como mencionados anteriormente. Em vista disso, as ações do governo respondem aos chamados *inputs* (originários do meio ambiente) e aos *withinputs* (demandas originadas no interior do sistema político: por agentes do executivo, parlamentares, governadores ou mesmo pelo poder judiciário), como explica Easton (1970). Esses *inputs* e *withinputs* expressariam demandas e apoios do próprio aparato estatal, somados às pressões oriundas da sociedade e até mesmo pressões de organizações internacionais. Como demandas poderíamos citar as reivindicações por bens e serviços (como saúde, segurança pública,

educação, transportes, entre outros), demandas de participação no sistema político (como reconhecimento do voto para analfabetos, organização de associações políticas, entre outros) ou demandas de controle da corrupção, de transparência política, estabelecimento de normas, etc. Os apoios, por outro lado, nem sempre são vinculados a determinada política pública, sendo considerados como tal os atos de participação política, apoio a um partido ou candidato, contribuição tributária, além de manifestações públicas e envolvimento com a concepção e implementação das políticas.

Por fim, para o entendimento do processo de concepção até a formulação e entrada da política pública na agenda governamental, é importante distinguir os mais diversos atores políticos - organização, personalidade ou grupo social que atua no contexto dos problemas de maneira ativa - que podem estar envolvidos na alocação de bens e recursos públicos. Dentro dos atores públicos, podemos citar os políticos (resultantes de mandatos eletivos e pertencentes a partidos políticos – parlamentares, governadores, prefeitos, etc) e os burocratas, que se caracterizam pela ocupação de cargos de conhecimento especializado de carreira pública, possuindo seus próprios projetos políticos. Entre os atores privados, podemos citar os empresários (que possuem grande capacidade de influência nas decisões políticas), trabalhadores (geralmente possuindo ações organizadas através de grupos ou sindicatos), servidores públicos (organizados como categoria e sindicalizados), agentes internacionais (agentes financeiros como FMI, governos de países parceiros, organizações ecológicas, entre outros), além da própria mídia – formadora de opinião, tendo grande poder de influenciar a formação de agenda e potencializar as demandas públicas.

No caso da política em análise na presente pesquisa, os atores com interesses relevantes identificados seriam:

- a) burocratas;
- b) especialistas em segurança pública;
- c) polícia militar; e
- d) polícia civil.

3.1 Problemas e a formação de agenda governamental

Uma situação que incomoda um determinado setor da população ou um grupo de pessoas pode ser considerada como um problema por parte desse grupo, mas sem chegar a constituir um item na agenda governamental. Em outras palavras, apesar de gerar insatisfação,

essa situação pode não chegar a se configurar como um problema político e permanecer em estado latente por períodos indeterminados, encontrando barreiras culturais ou institucionais que impedem o debate público sobre a temática.

Como proposto por Bachrach e Baratz (1983), esses casos seriam conceituados como “não tomada de decisão”, mostrando uma outra face do poder político, que suprime conflitos e impede sua chegada aos níveis estratégicos de decisão. Seriam exemplos desses casos: a descriminalização do aborto no Brasil, a questão da descriminalização das drogas em alguns países, a questão dos direitos das mulheres na pauta governamental de alguns países do Oriente Médio e também a legalização da união homossexual no Brasil por muitos anos; mostrando temáticas que ameaçariam interesses e valores de uma sociedade, encontrando diversos obstáculos para sua transformação em problema político. É importante lembrar que a “não tomada de decisão” se diferencia da ausência de decisão, que é a decisão por não agir ou não decidir, o que demonstra o resultado de um problema que foi levado ao processo decisório e não chegou a uma solução ou foi travado durante o processo.

Para compreender como uma situação deixa o seu estado latente para se transformar em um problema político, é importante entender o que é a agenda governamental e como alguns temas podem alcançar sua atenção. Para Kingdon (2006):

A agenda, como eu a concebo, é a lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades. (...). Assim, o processo de estabelecimento da agenda reduz o conjunto de temas possíveis a um conjunto menor, que de fato se torna foco da atenção. (KINGDON, 2006, p. 222).

A formação desse conjunto de problemas, que recebe maior atenção por parte dos representantes do governo em um determinado período, perpassa os meios pelos quais os atores decisórios passam a perceber essas situações e também pela própria forma de delimitação da situação como problema. Primeiramente, com relação aos meios, podem ser utilizados indicadores de avaliação da gravidade de uma situação e acompanhar as mudanças; os eventos-foco – que caracterizam mudanças drásticas, crises ou alguma experiência pessoal; e até mesmo o *feedback* de alguma política ou programa já existente. Por outro lado, a delimitação ou definição como problema pode ocorrer de três formas, como menciona Kingdon (2006): situações que colocam em cheque valores importantes, a comparação com a realidade de outros países e também pela classificação de uma situação em uma categoria diferente.

Por fim, Rua (1997) afirma também que, para que haja a transformação de um determinado cenário em um problema político e o seu consequente reconhecimento, é necessário que se apresente algum dos seguintes requisitos:

- a) **mobilize ação política:** grupos de interesses (podendo ser grandes grupos, pequenos grupos com grande influência e recursos ou atores em posições estratégicas) pressionam os governos com suas demandas;
- b) **constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe:** tais eventos poderiam produzir um ônus maior para a esfera política se não fossem tratados; e
- c) **constitua uma situação de oportunidade:** quando haja vantagens a serem obtidas com o tratamento do problema ou quando os desdobramentos na esfera política criem uma janela para que os grupos de interesse pressionem as autoridades políticas.

Dessa forma, os problemas políticos se enquadrariam aos *inputs* e *withinputs* mencionados anteriormente, formando a agenda governamental e seguindo a diante para a próxima etapa dos processos decisórios, a formulação de alternativas e a implementação da política pública.

No que diz respeito a temática tratada nessa pesquisa, a elevação exponencial dos níveis de atividade criminal no país ocasionou em mudanças na agenda de segurança pública, levando a emergência de um paradigma de segurança cidadã – que foca na prevenção e identificação de fatores de risco e vulnerabilidades sociais -. Isto posto, a prevenção à criminalidade passa a se configurar como um problema político e ocupa espaço na agenda governamental do governo estadual.

3.2 Formulação de alternativas e implementação

A partir do momento em que um problema político toma lugar na agenda governamental, inicia-se a fase de formulação de alternativas. Nesta fase do processo político, as preferências e interesses dos atores políticos entram em confronto afim de se resolver pacificamente um conflito em torno da alocação de bens e recursos públicos, como já mencionado anteriormente. Tendo como pressuposto que as preferências desses atores são as alternativas de solução para um problema que mais beneficia cada um deles, esses agentes utilizam dos mais variados recursos de poder – influência, votos, organização, poder

econômico, entre outros - para interferir na decisão do modelo de política a ser adotado para solução dos problemas.

As alternativas, propostas e soluções podem ser, num primeiro momento, elaboradas por comunidades de especialistas – acadêmicos, burocratas de carreira e funcionários do Congresso – ou podem ser geradas também dentro da dinâmica própria das políticas públicas. Tais atores, ditos invisíveis, são responsáveis pelo planejamento e avaliação, além da viabilidade orçamentária dos projetos junto a estrutura burocrática governamental. Existem diferentes processos para pensar a solução para um problema político: o “modelo incremental”, o “modelo racional-compreensivo” e o modelo “*mixed-scanning*”. Ruz (1997, p. 10) descreve-os como:

- a) **modelo incremental:** busca solucionar os problemas de maneira gradual, evitando a introdução de modificações de grande magnitude nas situações existentes. Tal modelo leva em consideração a limitação do processo de tomada de decisões no que se refere a alocação de recursos num determinado período de tempo, o que reflete no caráter gradual na formulação da alternativa. Tipicamente, diz respeito a medidas experimentais, com menor alcance, possibilitando erro e a correção das estratégias;
- b) **modelo racional-compreensivo:** nesse modelo, considera-se possível tomar decisões de grande impacto, sendo realizada uma análise abrangente e detalhada das alternativas e seus efeitos. A tomada de decisão, nesse caso, seria mais lenta, de forma que possibilite o levantamento de todas as informações e variáveis relativas ao tema;
- c) **modelo *mixed-scanning*:** essa proposta de elaboração de soluções é composta pelas duas abordagens anteriores, permitindo explorar um amplo leque de alternativas. A partir dela, os tomadores de decisão recorrem a uma ampla revisão das informações, possibilitando alternativas estruturantes – de longo prazo – e também decisões incrementais, decorrentes das decisões estruturantes e o detalhamento de alternativas específicas.

A sugestão das propostas pode ser feita de diversas maneiras: discursos, projetos de lei, audiências dentro do poder legislativo, entre outras formas, como descreve Kingdon (2006). A partir do surgimento de diversas ideias de maneira desordenada, inicia-se um processo que pode ser entendido como seleção, quando as sugestões se chocam uma com as outras, produzindo assim novas ideias e combinações. Nesse processo são levados em conta alguns critérios, como viabilidade técnica, convergência com os valores da comunidade de

especialistas e a antecipação de possíveis restrições, o que leva ao descarte de algumas ideias que não se alinham a esses valores.

Os atores envolvidos nesse processo possuem expectativas de obter vantagens com determinada decisão ou acreditam que podem ser desfavorecidos, o que leva a mobilização por partes deles, defendendo e tentando impor seus interesses. Em função dessas expectativas, os atores são levados a fazerem alianças, disputando e negociando entre si, até que se encontre uma solução na qual todas as partes se sintam satisfeitas¹. A partir da tomada de decisão é que uma política alcança a fase de implementação, responsável por efetivar a resolução de todos os pontos de conflito e dar forma as intenções sobre a solução do problema, que foram expressas em determinações legais. (RUA, 1997).

A implementação de políticas públicas pode ser entendida como a fase em que a ação governamental e a tomada de decisões realmente toma forma, expressa em programas ou projetos de intervenção. Dentro da visão clássica, esse processo é entendido com a execução das atividades em direção ao alcance de metas definidas na fase de formulação das políticas. Silva (2000) define a implementação como:

Na visão clássica ou canônica da ação governamental a implementação constitui uma das fases do policy cycle. A implementação corresponde à execução de atividades que permitem que ações sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas. Baseada em um diagnóstico prévio, e em um sistema adequado de informações, na fase de formulação são definidas não só as metas mas também os recursos e o horizonte temporal da atividade de planejamento. (SILVA, 2000, p. 4).

É importante destacar que a visão clássica não considera os efeitos retroalimentadores que a implementação tem sobre a formulação da política pública, pressupondo uma fase independente da esfera política, de caráter puramente gerencial, de responsabilidade da burocracia administrativa.

Por outro lado, defensores de um modelo linear de implementação, sugerem que a implementação deve ser acompanhada de monitoramento e avaliação, criando instrumentos que permitam as correções necessárias no desenho da política pública a partir de um maior contato com o campo de atuação, além da verificação da eficácia do projeto. Tal perspectiva representa um avanço em relação ao modelo clássico de implementação, porém revela grande foco na formulação, assumindo que os formuladores detêm todas informações necessárias ao

¹ Nem sempre a persuasão, disputa ou troca de favores são suficientes para chegar-se a um consenso e uma tomada de decisão, o que leva ao emperramento e obstrução: utilização de recursos de poder para impedir e atrasar de tal maneira que o custo de determinada alternativa se torna muito elevado, o que leva ao abandono temporário da luta em torno de uma alternativa (RUA, 1997).

desenho das propostas. Além disso, assume-se que os possíveis problemas na implementação seriam de natureza variada (capacidade institucional, política ou da resistência e boicotes de alguns setores afetados negativamente), não sendo relacionados ao processo de formulação.

A visão de implementação proposta nos dois modelos anteriores são centradas nos mecanismos de controle sobre os agentes implementadores para o alcance dos objetivos propostos no desenho da política, caracterizando assim uma visão de cima para baixo (*top down*) do processo de formulação. Nesse sentido, se faz necessário levar em consideração a complexidade das políticas públicas e do contexto em que são implementadas, além da diversidade de atores envolvidos no processo. Desse modo, a implementação pode ser reconhecida como um jogo entre os implementadores onde ocorrem negociações, barganha e troca, verificando-se ambiguidade de objetivos e problemas de coordenação intergovernamental, limitação de recursos e escassez de informação.

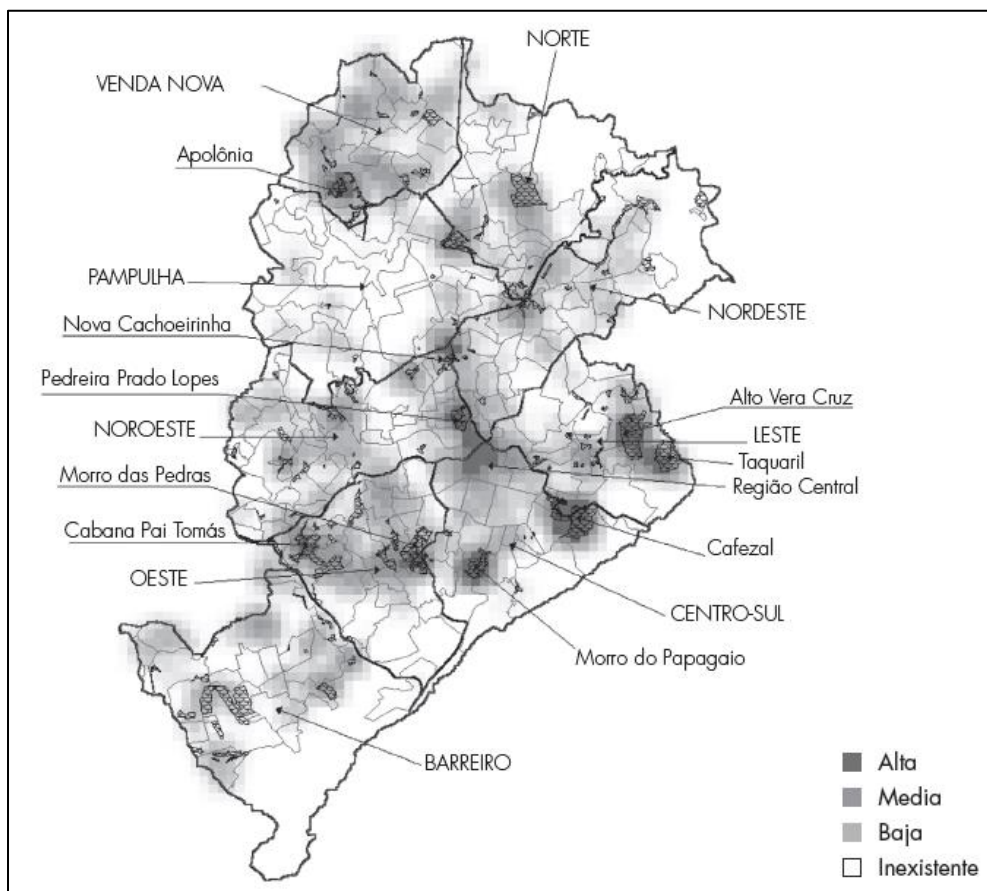
Nessa visão da implementação como jogo, formada a partir do estudo de situações concretas, os formuladores trabalham em um ambiente carregado de incertezas e limitações, que são expostas ao longo da implementação, devido à complexidade dos fenômenos sociais. Tendo em vista essa dificuldade de previsibilidade, considera-se necessária a permissão de decisões-chave a partir da disponibilidade de informações para os implementadores, o que afere ao processo um caráter decisório e político, além do executivo das metas pré-definidas. Dentro do exposto, revela-se de grande importância a coordenação e cooperação interorganizacional para concretizar um projeto e seus objetivos. Por fim, dentro da visão do ciclo da política, a ideia de avaliação como aprendizado para a implementação substitui a ideia de correção de rota, como explica Silva (2000), criando um espaço para o contínuo rearranjo e otimização.

3.3 Fica Vivo! como política pública

Dentro de uma perspectiva de políticas públicas e suas diferentes fases, é importante analisar o caso do programa que é objeto de estudo neste trabalho – o Fica Vivo. Entre 1990 e 2001, a capital mineira apresenta um incremento de 171% do número de homicídios, o que mobilizou a comunidade acadêmica em torno do que se caracterizava como um problema, apesar de ainda não fazer parte da agenda governamental. Nesse sentido, um amplo diagnóstico foi realizado pelo CRISP/UFMG, com o intuito de debater possíveis soluções e elaborar uma estratégia para combater as mortes violentas na cidade (Beato, 2005).

No diagnóstico realizado pelo CRISP, mencionado por Beato et al. (2017), identifica-se que a maioria dos homicídios (80%) se concentrava em seis favelas de Belo Horizonte (Figura 1), regiões marcadas por baixa qualidade de vida. Uma delas, o Morro das Pedras se destacava com alguns dados: 24% das famílias vivia com menos de um salário mínimo por mês e 41% da população economicamente ativa estava desempregada ou desempenhando atividades informais. Dentro desse contexto, o aglomerado Morro das Pedras foi selecionado para sediar um projeto piloto que funcionou a partir de atividades voltadas a comunicação (informando os moradores sobre as ações do programa, sinalizando os criminosos a intolerância aos homicídios), seguindo-se por ações de intervenção estratégica (expedição de mandados de busca e apreensão, mobilização da polícia militar e civil para prisões de homicidas contumazes, policiamento velado e investigativo, entre outras). Além disso, instituiu-se o GEPAR, inicia-se a realização de oficinas e eventos com foco nos moradores de 12 a 24 anos e também o estabelecimento de um fluxo dentro de uma rede de proteção social.

Figura 1 - Concentração de homicídios em Belo Horizonte (1995-2001)



Fonte: Beato (2013).

A experiência do projeto piloto demonstrou sucesso ao apresentar a redução de 47% dos homicídios em seis meses, o que gerou atenção por parte do poder público e tomadores de decisões, levando à institucionalização do Programa pelo governo estadual, o que demonstra a entrada do problema na agenda governamental e, também, a escolha por uma alternativa para a solução do problema político. Como o modelo de política pública já havia sido desenvolvido por uma comunidade de especialistas em segurança pública externos à estrutura do governo estadual, sua formulação se dá em um momento anterior, permitindo o início da implementação e expansão da política para outras favelas violentas (Pedreira Prado Lopes, Alto Vera Cruz, Cabana e Ribeiro de Abreu).

A proposta de solução utilizada para o problema identificado tem um caráter incremental, uma vez que introduz mudanças de pequena magnitude nas comunidades das áreas de abrangência do FV!. Dessa maneira, o programa se modifica ao longo dos anos de execução, incrementando-se os seus objetivos específicos e alterando algumas questões na sua metodologia. É importante dizer, convergindo com a ideia da implementação como um jogo, que a política pública e sua execução estão em um dinâmico processo de retroalimentação que permitem a construção de ações voltadas para a redução de diferentes fatores de risco à criminalidade presentes nas comunidades, além de incorporar demandas de atores locais, como menciona Silveira (2007).

Enfim, o funcionamento do programa a partir de articulações com órgãos de segurança pública e do sistema de justiça evidencia alguns atores envolvidos (PMMG, GEPAR, Ministério Público, entre outros), além de possíveis dilemas no tocante ao modelo tradicional da agenda de segurança pública, ao introduzir nesse sistema uma nova instituição com uma metodologia diferente na prevenção de crimes. Posteriormente, tratar-se-á mais detalhadamente sobre o programa Fica Vivo, seus objetivos e ações como forma de alcançar o controle de homicídios.

4 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

No Brasil, a atuação estatal na área de segurança pública foi tradicionalmente baseada na doutrina de Segurança Nacional, marcada pela subordinação de toda a sociedade ao objetivo primário que era a defesa do estado. Segundo Souza (2016), esse modelo de segurança aparece no pós-guerra e início da Guerra Fria e é adotado no Brasil no período correspondente a Ditadura Militar (1964-1985), surgindo em convergência com a ideia de um estado de guerra permanente contra o comunismo. Nesse sentido, os organismos de segurança pública brasileiros atuavam, em consonância ao Exército Brasileiro, por meio do uso da força sem restrições de forma a preservar a ordem e garantir sempre o “interesse nacional”.

A função deste (super) modelo ideologizado de controle social é, nitidamente, a eliminação do crime/criminoso através da coação direta das agências repressivas. Embora tenha direcionamento específico à visualização do criminoso político como o inimigo a ser eliminado, ao ser agregada a ideologia da defesa social, estabelece também uma pauta rigorosa de combate à criminalidade comum. (CARVALHO, 2007 apud SOUZA, 2016, p. 23).

Essa forma de atuação baseada na repressão, autoritarismo e violência indiscriminada encontra na promulgação da Constituição Federal de 1998 (CF/88) uma tentativa de mudança nos paradigmas de formulação das políticas de segurança. Introduzido no texto constitucional a ideia de segurança como direito individual fundamental, a atuação policial adquire no seu escopo de funcionamento outros princípios constitucionais: democracia, cidadania, dignidade da pessoa humana, assim como os direitos fundamentais a liberdade, a igualdade e a vida. Essas mudanças são tratadas por Souza (2016, p. 26) como “o Paradigma da Segurança Pública”, segundo ele a segurança deveria no momento passar a tratar toda a população de forma impessoal, objetiva e imparcial.

Em tese, o programa constitucional impõe a superação da tendência histórica brasileira de se conceber parte da população como a que merece proteção (as classes médias e altas), e parte como a que deve ser contida, reprimida e, sempre que necessário, neutralizada (os excluídos, os negros, os moradores de favelas). (SOUZA, 2016, p. 28).

As novas diretrizes estabelecidas por esse novo paradigma eram pautadas em: preservação da ordem pública, proteção das pessoas e do patrimônio, violência direcionada a ameaças a integridade humana e patrimonial, além do controle e prevenção de violências. Apesar da tentativa de introdução desse novo paradigma na segurança pública, não se observou no período de redemocratização uma mudança relevante no que tange a atuação

policial do Estado, encontrando grande resistência pelas instituições responsáveis. Em outras palavras, o que se observa é a manutenção do arranjo institucional que perdurou durante a Ditadura Militar, com atualização de alguns fatores: deslocamento do inimigo político para a figura do traficante responsável pela criminalidade, enfrentamento das violências por meio de intensificação da repressão e direito penal como forma de controle social.

A manutenção desse modelo institucional de segurança pública que preza pelo controle penal como forma de combate à impunidade sistêmica e aumenta sua repreensão à criminalidade como forma de reduzir o nível de violência parece ter sido fracassada ao longo dos anos em que funcionou. Observou-se no período, em contrapartida aos resultados esperados, um aumento expressivo do número de homicídios causados por armas de fogo – o número salta de 8.710 vítimas fatais em 1980 para 44.861 em 2014² -, o que abre espaço para a ideia de evolução do modelo tradicional de segurança pública em direção a um modelo mais democrático e com maior atenção a prevenção.

4.1 Nova agenda para a segurança pública: segurança cidadã

O novo paradigma de atuação da segurança pública no Brasil, após o relativo fracasso da política de segurança pública dentro do marco que a constituição define, introduz no âmbito de formulação das políticas de segurança o foco no cidadão e a garantia do exercer pleno de seus direitos. Tratada como Segurança Cidadã, esse novo modelo marca uma ruptura com as políticas praticadas durante os regimes autoritários, mantendo a ideia de proteção à vida e à propriedade, mas avançando no sentido de proteger a cidadania. Souza (2016) apresenta claramente as novas necessidades para a política de segurança pública brasileira.

Diante da atual conjuntura de crise e insegurança, a ideia de uma segurança pública mais democrática, com maior atenção à prevenção, com um olhar mais sistêmico para a identificação de fatores de risco e vulnerabilidades sociais, a inclusão de novos atores para além das tradicionais instituições policiais, a noção de polícia comunitária ou, simplesmente, de uma polícia capaz de conciliar eficiência com a proteção dos direitos de cidadania, surgem como sintomas de um novo paradigma que busca ocupar espaço e trazer novas possibilidades e funcionalidades para a segurança pública, a saber: a Segurança Cidadã. (SOUZA, 2016, p. 43).

Dessa forma, a partir dos anos 2000 aproximadamente, o governo federal passa a priorizar essa nova forma de atuação ao lançar o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e, posteriormente em 2003, o

² **Mapa da Violência 2016:** homicídios por armas de fogo no Brasil. (WASELFISZ, 2016).

Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que estabelecem as diretrizes para as políticas públicas federais no setor além de promoverem uma gestão integrada dos órgãos de segurança, pautadas na prevenção da violência e criminalidade. A convergência das políticas estaduais às diretrizes do governo federal seria implantada a partir do FNSP de modo a estimular a elaboração de planos estaduais semelhantes ao modelo federal. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), lançado em 2007, ficou responsável por promover a articulação das ações das políticas de segurança e sociais em torno da promoção dos direitos humanos, efetivando as diretrizes impostas no SUSP. Resumidamente, o modelo de segurança pública proposto pelo PRONASCI introduz nos governos locais a formulação e implementação de políticas públicas de segurança pública no modelo *bottom-up* (de baixo para cima), levando em consideração a identificação de problemas em nível local e a participação e mobilização social, de forma a atuar no sentido de prevenção, controle e repressão da criminalidade, como exposto por Battibugli (2012).

A partir do PRONASCI surge, também, o projeto de conferências nacionais nas quais participariam representantes da sociedade civil, assim como os responsáveis pela execução da política de segurança pública nacional e também as áreas setoriais de estados e municípios. Na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, como destacado por Miranda (2015, p. 31), “... novos atores foram inseridos no debate em torno da segurança pública, principalmente a sociedade civil, cada um tornando públicas suas demandas.”. Dessa forma, o que se percebe no contexto nacional é a influência nas diretrizes de segurança cidadã dos diversos níveis de governo e suas instituições por meio da adoção desses canais de integração multisetorial e suas ferramentas, sendo possível observar esses efeitos na implantação de atividades de proteção social e fomento a outros direitos individuais.

Apesar dos avanços no que tange a disseminação de um novo modelo e a nova forma de discutir a segurança pública, o Brasil encontrou diversos empecilhos no real alcance dos objetivos do PRONASCI. A falta de reforma das instituições responsáveis pelo setor, baixa adesão dos municípios aos conselhos de segurança, resoluções sem caráter normativo, desvio de finalidade dos recursos do programa; são alguns dos desafios encontrados pelo novo paradigma da segurança. Mesmo com tais desafios, a discussão avança nas agendas governamentais, principalmente no que se refere à atuação por meio de controle de fatores que geram violência e insegurança – as chamadas políticas de prevenção à criminalidade, como veremos a seguir.

4.2 Políticas Públicas de prevenção social à criminalidade: origens e concepções

Diante de uma situação de perpetuação das crenças autoritárias mesmo após a retomada da democracia e a manutenção de práticas repressivas de atuação policial e o seu fracasso em reduzir a criminalidade, como retratado anteriormente, ganha espaço o paradigma da Segurança Cidadã. A partir do incremento de novos atores na formulação das políticas e a busca pelo entendimento do fenômeno criminal como sugere Souza (2016), percebe-se grande relevância em torno da perspectiva de prevenção social à criminalidade e controle de fatores que geram violência, como desdobramento das políticas de segurança. Dentre as recomendações gerais para os estados membros, propostas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no seu Relatório sobre Segurança cidadã e direitos humanos, podemos ver o direcionamento da atuação na América Latina.

21. Elaborar e implementar planos de prevenção da criminalidade e da violência que contribuam para assegurar o direito de todas as pessoas sob sua jurisdição ao uso pacífico dos bens. Sem prejuízo das medidas gerais para o alcance deste objetivo, os Estados devem dar especial atenção às pessoas que, por sua situação social ou econômica, requerem ações específicas de proteção. (CIDH, 2009, p. 109).

O conceito de prevenção no que se refere ao tratamento do crime e violência aparece como inovação nas políticas de segurança pública, sendo estudado e aplicado anteriormente no âmbito da saúde pública. A noção de prevenção se remete a tentativa de antecipar um fato, tentar barrar o seu acontecimento por meio de alguma providência precoce (LEAVELL; CLARK, 1958 apud SILVEIRA, 2007). Nesse sentido, a nova agenda para solução dos problemas de criminalidade propunha a luta contra a pobreza e exclusão a partir do provimento amplo e igualitário de direitos sociais: políticas educacionais, saúde, emprego, moradia, assistência social e lazer de forma a garantir justiça social, como mencionado por Souza (2016). Na prática, as políticas sociais e de provimento de direitos básicos são contribuintes com a questão da criminalidade, mas não eliminam a necessidade de políticas de redução dos fatores de risco e aumento de fatores de proteção.

Deste modo, é importante discutir as tipologias de prevenção para que se possa entender as atividades desempenhadas dentro de uma política de prevenção. De acordo com Souza (2016) e aplicando-se na área de segurança, podemos classificar a prevenção em três níveis: a primária, que é destinada a população em geral, podendo implicar em intervenções no meio ambiente físico e social, com projetos que antecipem e evitem a violência antes que ela ocorra; a secundária, que é direcionada aos grupos identificados como de maior risco a

cometer ou serem vítimas de infrações, sendo necessário o trabalho de diagnóstico da realidade desses grupos mais vulneráveis à violência e ao crime para atuar de acordo com suas especificidades; e a terciária, que foca no atendimento de atores que já se envolveram ou estão envolvidos nos processos de criminalidade ou violência, com objetivo de reduzir a reincidência no crime por meio de abordagens de reintegração e reabilitação. Apesar dessa diferenciação entre as diferentes vertentes de atuação preventiva, observam-se fatores de risco transversais, sendo recorrentes nos três níveis de atuação, o que leva em consideração uma política articulada e com atenção aos diferentes eixos de atuação de maneira integrada.

Em suma, por meio da introdução das políticas de prevenção social à criminalidade, a atividade policial repressora e a atuação punitiva do Estado deixariam de ser as principais vias de busca pela redução da criminalidade. Nesse sentido, a atuação preventiva se mostra uma via incremental inovadora a atuação policial e se distancia da ideia de políticas sociais amplas, como tratado anteriormente, sendo adotada em alguns Estados.

Posteriormente, tratar-se-á da experiência de Minas Gerais e especificamente do Programa FV!.

5 POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE EM MINAS GERAIS

Segundo Marques (2015), a prevenção à criminalidade ganha espaço nas discussões sobre políticas de segurança pública no Brasil a partir de um aumento da criminalidade violenta e da percepção do fracasso das práticas repressivas tradicionais no enfrentamento do crime. Nesse sentido, o tema é impulsionado dentro da agenda do governo federal a partir de 2003, quando a prevenção à criminalidade é incluída na Política Nacional de Segurança Pública e com a reformulação da Lei do Fundo Nacional de Segurança Pública, que possibilita o financiamento de ações municipais de prevenção.

Em Minas Gerais, estudos sistêmicos verificaram esse aumento progressivo da criminalidade a partir da década de 1990, o que exige do governo estadual respostas mais efetivas ao fenômeno (MINAS GERAIS, 2009). Nesse contexto, o governo do estado cria a Secretaria de Estado de Defesa Social em 2003, iniciando o desenho de uma nova política de segurança pública pautada na gestão estratégica a partir da integração dos órgãos de defesa social (Defensoria Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e a própria secretaria).

Além da criação da SEDS, a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública em 2003 traz mudanças ao cenário estadual de atuação no combate à violência. Tal plano, que formula e define as diretrizes adotadas no âmbito da segurança pública, se baseou na articulação das instituições que compõem o sistema de defesa social e os diferentes níveis de governo (estadual, municipal e federal), introduzindo também um aumento da participação da comunidade e o respeito aos direitos humanos na temática, de modo a quebrar o paradigma de atuação mencionado anteriormente e proporcionar a busca por repressão mais qualificada e políticas de prevenção social à criminalidade.

Dentro desse contexto, a SPEC (criada por meio da Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro de 2003) é criada para elaborar e gerenciar as políticas de prevenção à criminalidade do estado de Minas Gerais, tendo como objetivos definidos:

Elaborar e coordenar planos, projetos e programas de prevenção à criminalidade nos níveis social e situacional mediante a construção de novas relações entre a sociedade civil e os órgãos componentes do sistema de defesa social e justiça, visando à segurança pública e à garantia do exercício pleno de cidadania principalmente por pessoas, grupos e localidades mais afetados pelo fenômeno da violência e da criminalidade urbana. (MINAS GERAIS, 2009, p. 31).

Posteriormente, mediante reestruturação orgânica do Poder Executivo estadual referida na Lei Delegada nº 180 de janeiro de 2011, a SPEC é transformada em Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade e, recentemente, elevada ao patamar de Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade por meio do Decreto nº 47.088 de 2016, demonstrando a caminhada em direção à institucionalização da política.

A proposta do Plano Estadual de Segurança Pública para o desenvolvimento de programas de prevenção à criminalidade seguia a classificação teórica dos três níveis de prevenção apresentados no presente trabalho, atuando em todas as áreas. Nesse sentido, desenvolvem-se quatro programas de prevenção a partir da SPEC, o programa Fica Vivo! (FV!) e o Programa Mediação de Conflitos (PMC) - de abrangência territorial, acessados por meio dos Centros de Prevenção Social à Criminalidade (CPCs) -, além do Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA) e o Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) – de base municipal, executados a partir dos Centros de Alternativas Penais e Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. (MINAS GERAIS, 2017, p. 9).

Como políticas primárias, com foco no meio ambiente urbano e a partir da percepção dos espaços mais vulneráveis aos fenômenos de violência e criminalização, desenvolvem-se o Programa Fica Vivo!, que será mais detalhado no tópico posterior, e o Programa Mediação de Conflitos, que busca a promoção de meios pacíficos da administração de conflitos de forma a prevenir que estes se desdobrem em situações de violência e criminalidade. (MINAS GERAIS, 2017, p. 7).

Dentro da atuação secundária, têm-se ações dirigidas ao grupo pessoas que respondem a processos de criminalização por meio do Programa CEAPA. O programa busca contribuir para a consolidação de uma política criminal de responsabilização penal alternativa ao cárcere, mediante o efetivo monitoramento das penas e medidas alternativas e da qualificação da execução penal. (MINAS GERAIS, 2017, p. 7).

Por fim, no âmbito da prevenção terciária, atua-se no sentido de intervir nas vulnerabilidades sociais relativas a processos de criminalização e pelo aprisionamento, estigmas e violências exercidas e sofridas, favorecendo o acesso a direitos e promovendo condições para inclusão social de egressos do sistema prisional por meio do PrEsp. (MINAS GERAIS, 2017, p. 8).

5.1 O programa Fica Vivo!

Primeiramente com o nome de “Projeto de Controle de Homicídios”, o Programa Fica Vivo! foi desenvolvido por um grupo de trabalho do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), tendo em vista o acentuado crescimento do número de homicídios em Minas Gerais, principalmente na cidade de Belo Horizonte que apresentou um crescimento de 271% no período entre 1990 e 2001³.

Nesse contexto, e a partir da identificação da maior porcentagem dos homicídios em regiões específicas onde coabitavam vítimas e agressores (BEATO, 2006 apud GOMES, 2018), o aglomerado Morro das Pedras foi escolhido em 2002 para receber o Projeto Piloto, que contabilizara 32 homicídios naquele ano. Tendo como público alvo adolescentes e jovens de 12 a 24 anos residentes nas áreas de abrangência dos CPCs de base local, especialmente aqueles com trajetórias de envolvimento com a criminalidade, o programa se propõe a contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos destes jovens ao favorecer a realização de ações de repressão qualificada e desenvolver ações de proteção social. (MINAS GERAIS, 2017, p. 13). O programa, considerado à época um conjunto de projetos de intervenção, tinha como objetivos iniciais (FJP, 2013):

- Desenvolvimento de estratégias que incidam sobre fatores de risco e fortaleçam fatores de proteção em comunidades;
- Articulação e otimização de recursos públicos e privados;
- Mobilização de comunidades nos processos de diagnóstico, planejamento e avaliação;
- Geração de elementos de empoderamento de comunidades, gerando capacidades de interlocução com agentes públicos e privados. (FJP, 2013, p. 45).

Após a execução do programa em forma piloto entre agosto e dezembro de 2002, a avaliação posterior revelou que seis meses após a implementação do programa houve redução na taxa de homicídios em 47% (MIRANDA, 2015), redução dos assaltos na região, além da melhora de possibilidade de circulação dos moradores entre as vilas do aglomerado. O sucesso do programa levou a sua institucionalização por parte do governo estadual no âmbito da SEDS, a partir do Decreto Estadual nº 43.334, de 20 de maio de 2003. Tendo algumas alterações na estrutura orgânica organizacional da administração estadual ao longo dos anos, a

³ Informações disponíveis em **Prevenindo homicídios: Avaliação do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras em Belo Horizonte**. CRISP/UFMG, 2002 (SILVEIRA, 2017).

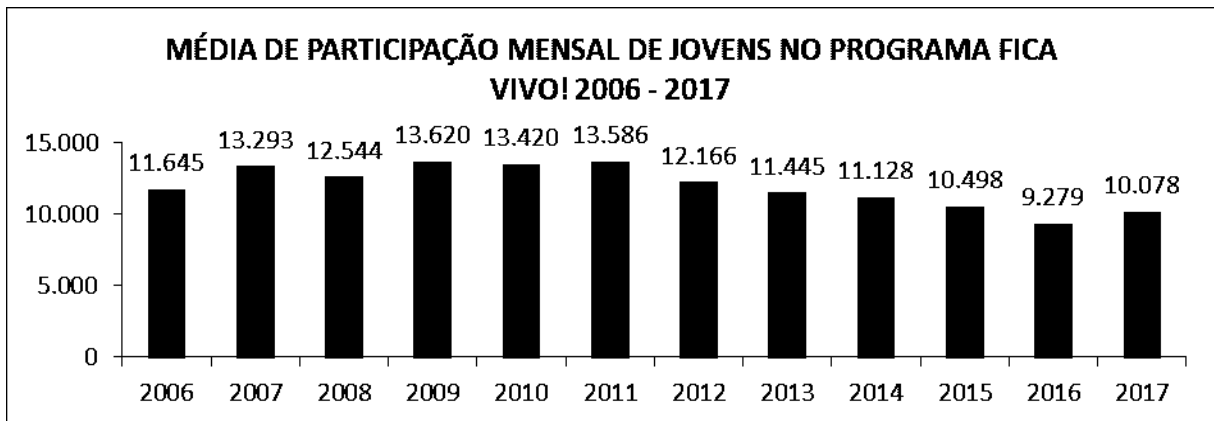
gestão da política de prevenção nos dias de hoje é de responsabilidade da SUPEC, conforme Decreto nº 47.088 de 2016.

Inicialmente, o programa era executado a partir de propostas de três eixos de atuação, quais sejam: Intervenções Estratégicas, Proteção Social e Gestão Coordenada. Em comparação com a metodologia atual da política, o eixo de Gestão Coordenada já não é mais desenvolvido (GUEDES, 2017). A estratégia de gestão coordenada tinha como objetivo a compreensão da questão da violência nas áreas selecionadas para desenvolvimento do programa, a partir da discussão do tema e de interlocução entre os envolvidos. Segundo Miranda (2015), essa gestão foi dividida em três níveis de forma a organizar e dividir as responsabilidades:

- a) **Nível local:** composto por representantes locais oriundos das escolas, centros de saúde, associações comunitárias, dentre outros;
- b) **Nível Regional:** formado por representantes da prefeitura, Polícia Civil, Polícia Militar e demais conselhos pertinentes;
- c) **Nível Central:** no qual ocorre atuação junto ao Grupo de Trabalho Executivo juntamente com instituições parceiras na implementação do programa. (MIRANDA, 2015, p. 61, grifo do autor).

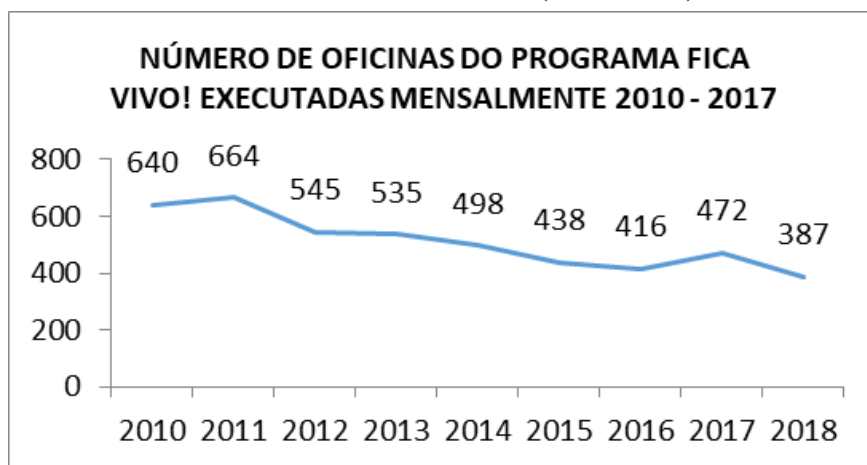
Atualmente, o programa desenvolve suas atividades em 33 (trinta e três) Centros de Prevenção à Criminalidade dispersos dentro do estado, atendendo os municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Uberlândia e Vespasiano. Os CPCs estão localizados em regiões com alto índice de homicídios nos municípios em que se encontram, atendendo diversas áreas. Para isso, os territórios contam com a atuação de uma equipe multidisciplinar, com formação nas áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas (diretoria, gerentes, supervisores metodológicos, gestores sociais, técnicos, estagiários e os oficineiros), como é descrito por Guedes (2017, p. 38).

A atual disposição dos territórios atendidos demonstra uma grande evolução ao se comparar o momento inicial do programa. Inicialmente, em 2004, existiam 5 (cinco) Centros de Prevenção e, naquele ano, foram atendidos 2.214 (dois mil duzentos e quatorze) jovens; em 2008 passaram a existir 25 (vinte e cinco) CPCs, possibilitando o atendimento de mais de 12.000 (doze mil) jovens mensalmente; em 2011 esse índice alcança uma média de 13.586 (treze mil quinhentos e oitenta e seis) jovens atendidos por mês a partir de 27 CPCs. (MINAS GERAIS, 2017). Como demonstra o Gráfico 1, esse número vem sofrendo uma queda nos últimos anos.

Gráfico 1 - Média de participação mensal de jovens no Programa Fica Vivo! (2006-2017)

Fonte: SESP/SUPEC (2018).

O número de oficinas executadas, apesar do alcance de um número expressivo ao longo dos anos, também se encontra num momento de retração, como é evidenciado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de oficinas do Programa Fica Vivo! executadas mensalmente (2010-2017)

Fonte: SESP/SUPEC (2018).

Atualmente, o programa desenvolve suas atividades em torno de dois eixos de atuação – Proteção Social e Intervenção Estratégica -, de forma a contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das áreas de abrangência dos CPCs. Ademais, esses eixos buscam possibilitar o alcance dos objetivos específicos do programa:

- Prevenir e reduzir conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens;
- Ampliar a sensação de segurança nas áreas de abrangência do Programa;
- Ampliar e fortalecer a rede de proteção sócio comunitária dos adolescentes e jovens atendidos. (MINAS GERAIS, 2017, p. 13).

De forma a apresentar dados relevantes para o período analisado, os dados de homicídios dos territórios estudados foram compilados nas tabelas abaixo. Nas tabelas, não se observa um aumento do índice de homicídios de jovens da faixa etária do programa no ano da paralisação (2017), a não ser no aglomerado da Serra. Dessa forma, não é possível afirmar haver uma relação de causalidade entre a presença da política pública e a redução desses números.

Tabela 1 – Dados de homicídios PTB (2012-2018)

Homicídios PTB							
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total Faixa Etária FV	5	6	1	5	6	2	4
Total Território	12	12	3	10	11	8	8
Total Município	183	192	207	218	215	189	119

Fonte: SESP/SUPEC (2018).

Tabela 2 – Dados de homicídios Serra (2012-2018)

Homicídios Serra							
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total Faixa Etária FV	3	4	4	0	3	4	0
Total Território	7	8	11	1	11	11	1
Total Município	702	735	690	561	545	489	335

Fonte: SESP/SUPEC (2018).

Tabela 3 – Dados de homicídios Minas Caixa (2012-2018)

Homicídios Minas Caixa							
Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total Faixa Etária FV	3	4	2	3	4	0	0
Total Território	6	11	4	5	6	4	0
Total Município	702	735	690	561	545	489	335

Fonte: SESP/SUPEC (2018).

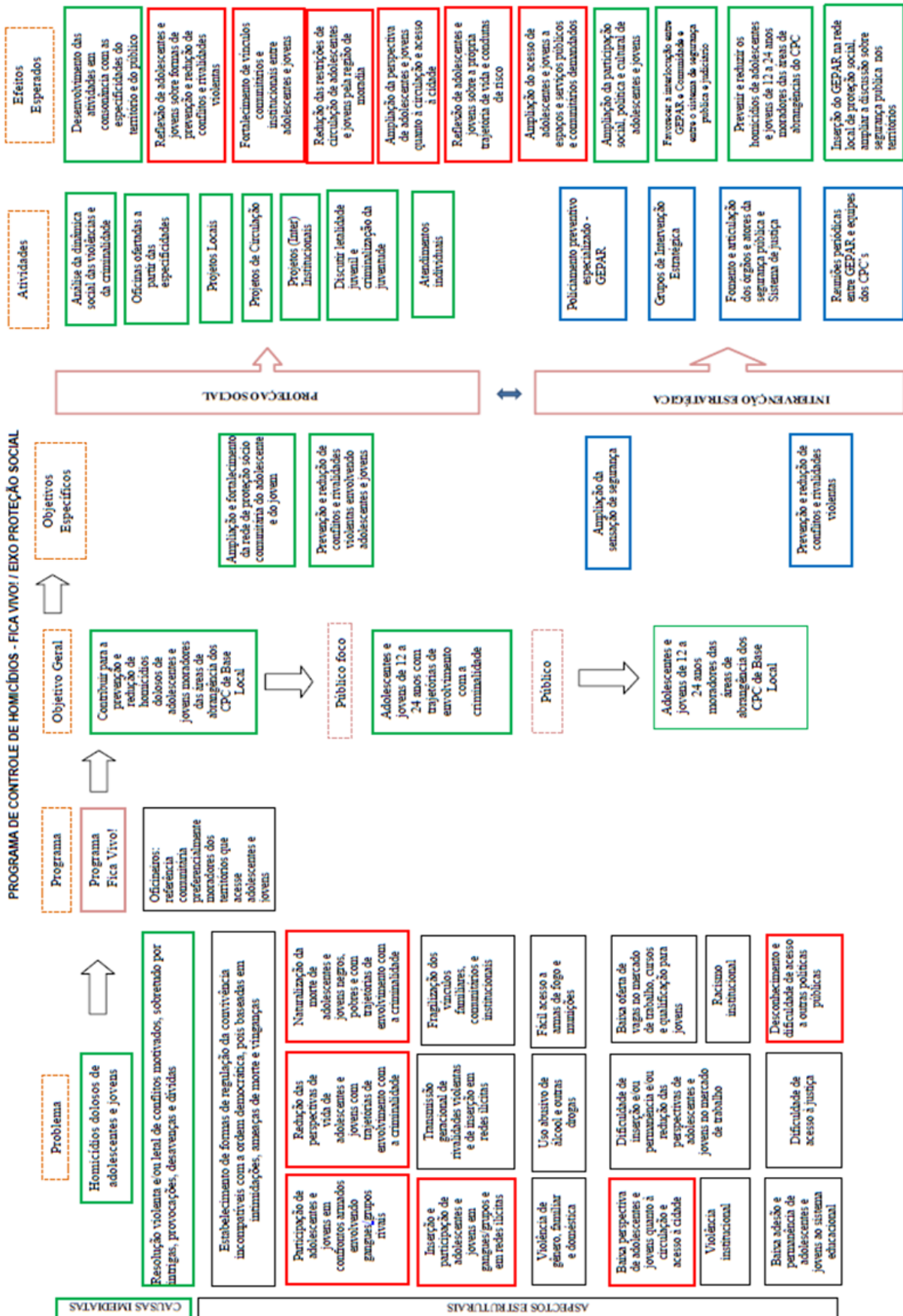
5.1.1 Marco lógico

O programa Fica Vivo! passou por diversas modificações na sua metodologia ao longo dos anos, desde a sua institucionalização por parte do governo estadual em 2003. Segundo Guedes (2017), essas reformulações ocorrem por diversos fatores, entre eles estão a expansão do programa e as várias trocas de gestão. A elaboração do Marco Lógico do Programa permite o planejamento de suas ações voltadas para objetivos esperados, conferindo maior robustez metodológica à sua atuação.

O Marco Lógico do FV!, como pode ser visto na Figura 2, identifica uma série de aspectos estruturais das comunidades (como a inserção e participação de jovens em gangues, baixa perspectiva de adolescentes e jovens quanto à circulação e acesso à cidade, violência institucional, dificuldade de acesso à justiça, naturalização da morte de jovens negros, pobres e com trajetórias de envolvimento com a criminalidade, entre outras questões) como contextos que fomentam o problema central do FV!, que são os homicídios dolosos de adolescentes e jovens. A partir da identificação desse problema político, o programa é apresentado como forma de intervenção com seu objetivo geral e objetivos específicos, levando em consideração o público foco (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos com trajetórias de envolvimento com a criminalidade) e o público geral (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangência dos CPCs de base local).

Os objetivos específicos, já mencionados anteriormente, são diretamente relacionados aos dois eixos de atuação do programa – Proteção Social e Intervenção Estratégica -, propondo atividades e efeitos esperados para o seu alcance. No Quadro Lógico do FV! (no anexo desse trabalho) é possível observar mais detalhadamente as atividades desempenhadas, seus resultados intermediários e finais, além dos recursos empregados e os produtos dessas atividades.

Figura 2 - Marco Lógico do Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!



Fonte: MINAS GERAIS (2017, p. 23).

5.1.2 Proteção social

O eixo Proteção Social é responsável por desempenhar as seguintes atividades: análise da dinâmica social das violências e da criminalidade; oficinas ofertadas a partir das especificidades do público e comunidades atendidas; projetos locais; projetos de circulação; projetos (inter) institucionais, discussão da letalidade juvenil e criminalização da juventude; e atendimentos individuais. Tais atividades podem ser entendidas, com exceção da “análise da dinâmica”, como formas de participação e atendimento do público do programa, como resume Minas Gerais. (2017, p. 16).

A análise da dinâmica social das violências, como será tratada mais à frente, está sob a responsabilidade da gestão social dos CPCs e da equipe técnica do programa. Essa atividade, de compreensão da dinâmica social vinculada aos homicídios dolosos de adolescentes e jovens, se mostra fundamental para o desenvolvimento das oficinas, projetos locais, projetos de circulação e atendimentos individuais (SUPEC, 2018). Tal dinâmica é entendida como os fatos e fenômenos de natureza social, cultural, econômica e territorial que interferem na incidência dos crimes e violências que ocorrem no território.

As oficinas de esporte, cultura e arte são entendidas como estratégias para a aproximação e atendimento do público do FV!, devido ao fato de que são um produto da análise da dinâmica social e das demandas de jovens e adolescentes, e são localizadas em diferentes regiões das áreas de abrangência dos CPCs. Dessa forma, as oficinas extrapolam a dimensão do ofício ensinado, possibilitando:

- O estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa;
- A abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos;
- A criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas;
- A promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia;
- O favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos; (SUPEC, 2018, p. 12).

Para a realização das oficinas, o programa conta com lideranças ou referências comunitárias que tenham experiência de trabalho com jovens (de preferência, moradores do território em que atuam), oferecendo atividades esportivas, culturais e artísticas com duração mínima de 5 (cinco) horas semanais. (MINAS GERAIS, 2017).

Os projetos locais, projetos de circulação e projetos interinstitucionais podem ser entendidos como conjuntos de ações (com prazos e objetivos definidos) planejadas a partir das especificidades dos territórios e do público do programa, tendo como objetivo a provocação de mudança em alguma situação existente (SUPEC, 2018). Os projetos locais, especificamente, têm o objetivo de promover formas alternativas de encontros com os jovens, de forma a fortalecer o vínculo e atendimentos existentes. Os projetos de circulação, por outro lado, atuam na promoção da circulação do público atendido para outros espaços, além da comunidade em que vivem, ampliando sua perspectiva de acesso à cidade. Já os projetos interinstitucionais se diferenciam dos outros dois, tendo em vista que são pensados para todas as localidades onde o programa atua, ou maior parte dela, em direção dos efeitos esperados pela proteção social.

Os atendimentos individuais são realizados pelos analistas sociais e se destinam aos adolescentes e jovens, público do programa. Nessa atividade, se tem como objetivo o acolhimento do público a partir das demandas que são endereçadas a equipe, podendo assim favorecer a reflexão dos jovens a respeito das suas trajetórias de vida, em especial condutas de risco que adotam e podem vir a ser letais ou levar à perda de liberdade. Assim como as demais atividades propostas pelo programa, é importante dizer que esses atendimentos podem ser realizados em diferentes espaços, onde o público consegue alcançar.

Por fim, a discussão da letalidade juvenil e criminalização da juventude não consta nas bibliografias produzidas pela Política de Prevenção estadual (Portfólio da Política de Prevenção Social à Criminalidade e Guia de Orientações para a Execução do Trabalho do Programa Fica Vivo!). Apesar de ser uma atividade proposta no marco lógico, não é possível realizar sua descrição.

5.1.3 Intervenção estratégica

O eixo Intervenção Estratégica, sendo considerado base de sustentação para a Proteção Social, é resultado da articulação interinstitucional entre a SESP, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário e Órgãos Municipais de Segurança Pública, de acordo com Minas Gerais (2017). Também estão relacionados a este eixo as atividades de policiamento preventivo especializado executadas pelo GEPAR, além dos Grupos de Intervenção Estratégica. De modo a prevenir e reduzir conflitos e rivalidades violentas e ampliar a sensação de segurança dos territórios, como mencionado por Miranda (2015), as atividades propostas no eixo são: policiamento preventivo especializado; Grupos de

Intervenção Estratégica; fomento e articulação dos órgãos e atores da segurança pública e sistema de justiça; além de reuniões periódicas entre GEPAR e equipes dos CPCs.

O policiamento preventivo especializado proposto no marco lógico do Programa Fica Vivo!, apesar de ter sido pensado e construído como uma ferramenta de auxílio à sua execução, é de responsabilidade do GEPAR. Dentre outros objetivos, sua atuação visa a ampliação da sensação de segurança dentro dos territórios onde atua, além da ampliação da legitimidade desse policiamento e das ações repressivas. Nesse sentido, a permanência dos policiais nas localidades ocorre por mais tempo, possibilitando um melhor relacionamento entre as forças policiais e a população local e seus representantes (GUEDES, 2017). Atualmente, a abrangência do GEPAR ultrapassa os limites de atividade dos Centros de Prevenção, o que demonstra a ampliação e independência de uma atividade que foi criada com objetivo de auxiliar o FV!.

Enfim, os Grupos de Intervenção Estratégica foram criados com o principal objetivo de promover a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas a partir da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas no território, de maneira coordenada. Portanto, as reuniões ordinárias do GIE contribuem para a aproximação dos representantes das instituições que compõe o sistema de segurança e justiça criminal, possibilitando o estabelecimento de prioridades, percebidas como comuns a todos os envolvidos (SUPEC, 2018).

É importante ressaltar que existe atualmente um dilema entre o Eixo de Intervenção Estratégica e o Eixo de Proteção Social, além de demonstrações de fragilidades políticas, metodológicas e institucionais. Tal fato se evidencia a partir da assunção do Ministério Público na coordenação das reuniões do GIE, descaracterizando o espaço do Grupo e restringindo a discussão da dinâmica social, e também devido a subordinação do GEPAR à Polícia Militar (GUEDES, 2017). Apesar da construção do GEPAR e do Programa em um mesmo contexto, isso não dá poder discricionário ao FV! frente às ações executadas pelo grupamento. Essa situação demonstra um distanciamento do Eixo de Intervenção Estratégica em relação a metodologia proposta por essa política pública.

6 PARCERIAS COM OSCIPS E A EXPERIÊNCIA DA SESP

A partir da reforma gerencial do Estado brasileiro surgiram as principais legislações referentes as parcerias governamentais com o terceiro setor. Tal reforma surge em um contexto de crise na década de 1980 marcada pelo desequilíbrio fiscal, alta inflação e redução dos investimentos estrangeiros no país, como retratado por Marques (2015, p. 19), e tem como norteador o movimento da “Nova Gestão Pública” – que pregava o foco ao cidadão, mecanismos de controle pautados em resultados, flexibilidade gerencial, valorização do servidor e *accountability* (controle por meio de prestação de contas) – de forma a aumentar a eficiência e melhorar os resultados da administração pública.

Diante da busca por esse aumento de eficiência e orientação para resultados, de forma a alinhar a atuação governamental às demandas sociais, o governo brasileiro inicia um processo de flexibilização gerencial por meio da descentralização da administração e parceirização de atividades de caráter não exclusivo do Estado, abrindo espaço para organizações públicas não estatais e para a iniciativa privada. Neste processo de transferência de atividades para parceiros não estatais, surgem os marcos legais das Organizações Sociais (Lei Federal nº 9.637 de 1998) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei Federal nº 9.790 de 1999), instituições pertencentes ao terceiro setor (organizações de natureza privada e vinculadas ao regime jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, institucionalizadas e reconhecidas como tal e buscam atender a interesses sociais).

Tendo em vista o objetivo de estudo deste trabalho, é importante qualificar as Organizações da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIPs) e a forma como ocorre sua parceria com o Estado. O título de OSCIP, tratado pela Lei Federal nº 9.790 de 1999, é concedido a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que tenham a intenção de eventualmente firmar parceria com o Estado para a execução de serviços públicos não exclusivos do Estado. (LEMOS et al., 2006, p. 132 apud MARQUES, 2015, p. 34). Por sua vez, o Termo de Parceria é o instrumento que formaliza a parceria entre o Poder Público e essas organizações, definindo direitos, responsabilidades e obrigações, além de objeto, estipulação de metas e resultados, prazos de execução e critérios de avaliação de desempenho⁴. Desse modo, o Estado não abre mão da execução da política pública

⁴ Previstos no Art. 10, da Lei nº 9.790/1999:

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

propriamente, mas realiza parcerias com tais entidades de forma a atender demandas sociais e coletivas.

Minas Gerais regulamenta o seu modelo de parceria com OSCIPs a partir da promulgação da Lei Estadual nº 14.870 de 2003, que conciliava características tanto do modelo de Organizações Sociais (OSs) como de OSCIPs, sendo considerado um modelo híbrido. Tal formalização e opção por instrumentos contratuais orientados a resultados fazia parte do plano de governo adotado a partir de 2003 chamado “Choque de Gestão”, com a justificativa de que o Estado havia perdido a capacidade de atender às crescentes demandas sociais por serviços públicos e que o terceiro setor possui uma expertise não encontrada no setor público, além de ter maior contato com o público alvo e possuir maior autonomia operacional (COUTINHO; ROMERO; MELO, 2009, p. 7).

Além da lei mencionada, o Decreto nº 46.020 de 2012 e suas alterações no Decreto nº 46.182 de 2014 foram responsáveis por determinar as regras para a qualificação das OSCIPs pelo Núcleo Central de Parcerias com OSCIPs (NCPO)⁵ – que também trata da coordenação e gestão do modelo de parceria –, por instituir e disciplinar o Termo de Parceria, ademais de tornar o concurso de projetos e lançamento de edital obrigatório para a seleção de OSCIPs, o que diminui a discricionariedade da Administração Pública mineira. A partir do Decreto nº 46.020/12 e suas alterações, se dá a oportunidade de alteração ou renovação do Termo de

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria. (BRASIL, 1999).

⁵ O NCPO atua na estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Parceria com o Órgão Estatal Parceiro⁶, por meio de Termo Aditivo entre as partes, devendo-se justificar e definir novas ações e metas.

Pensando na atual Secretaria de Estado de Segurança Pública, antiga Secretaria de Estado de Defesa Social, é importante para o trabalho a descrição da trajetória de parcerias entre o órgão e o terceiro setor ao longo dos anos no que se refere à execução da política de prevenção social à criminalidade estadual. A primeira estrutura governamental de prevenção à criminalidade em Minas Gerais aparece por meio da Lei Delegada nº 56 de 2003, quando cria-se a Superintendência de Prevenção à Criminalidade (SPEC), que fica responsável por executar os programas: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp, o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!, o Programa Mediação de Conflitos (PMC) e o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte (PPCAM). Como o surgimento se dá num contexto restrições do ajuste fiscal, como mencionado anteriormente, sem a possibilidade de realização de concurso público, a execução dos programas se dá a partir da celebração de um convênio entre a SEDS e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), com o objetivo de contratar os profissionais qualificados para realizar os atendimentos. (OLIVEIRA, 2017).

Alvo de críticas e com o risco de ser questionado juridicamente pela caracterização como terceirização de mão de obra, o convênio perdurou até setembro de 2005 quando foi celebrado Termo de Parceria nº 02/2005 entre a SEDS e a OSCIP Instituto Elo, não havendo concurso de projetos sob argumento de que não existiam entidades do Terceiro Setor com expertise na área de atuação, como relata Oliveira (2017). O Termo de Parceria possibilitou a expansão da política para novos Núcleos de Prevenção à Criminalidade (NPC), sendo firmados 14 Termos Aditivos ao longo de 10 anos e meio, sendo o último com vigência de 2 meses, entre março e abril de 2016.

A entrada de um novo governo no estado de Minas Gerais e de novos dirigentes – Secretário e Secretário Adjunto da SEDS -, obriga a Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC) – transformação da SPEC a partir da Lei Delegada nº 180 de 2011 – a realizar um processo seletivo para escolha de OSCIP parceira, de modo a proporcionar maior transparência e legitimidade ao Termo de Parceria da política (OLIVEIRA, 2017). Nesse contexto, publica-se o Edital CPEC/SEDS nº 001/2015 em junho de 2015, que depois de várias impugnações foi revogado, gerando um novo edital. No edital CPEC/SEDS nº 002/2015 publicado em setembro do mesmo ano, sai vencedora a OSCIP Instituto Jurídico

⁶ O Órgão Estatal Parceiro (OEP) é o órgão que celebra a parceria com a OSCIP, no caso a então SEDS.

para Efetivação da Cidadania (IJUCI). É importante ressaltar que o trâmite entre realização de concurso de projetos e publicação de resultado foi marcado por ajuizamento de ações por parte da OSCIP perdedora (IELO) contra o estado de Minas Gerais solicitando a anulação do edital, mas por fim o pedido de liminar dessas ações não foi concedido e o Termo de Parceria nº 35/2016 foi assinado em abril de 2016.

Já em 2017, diante de um contexto de insatisfação com o IJUCI, como relatado na pesquisa de Oliveira (2017, p. 125), a então Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade⁷ (SUPEC) publica o Edital SESP/SUPEC nº 01/2017 que selecionou por meio de concurso de projetos a melhor proposta técnica e financeira apresentada, logrando vencedora a OSCIP Instituto Elo. Entretanto, o IJUCI que também disputava o edital, impetrou um Mandado de Segurança, com pedido de liminar contra o resultado do edital, sendo parcialmente deferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o que culminou no impedimento da assinatura do Termo de Parceria com o IELO até uma nova decisão judicial. (GOMES, 2018).

Somente em novembro de 2017 o TJMG denega o Mandado de Segurança que havia sido impetrado, permitindo a assinatura do novo Termo de Parceria entre a SESP e o IELO em dezembro do mesmo ano. Durante o período de agosto a dezembro de 2017 toda a política de prevenção social à criminalidade do estado de Minas Gerais esteve paralisada, retornando suas atividades gradativamente após essa situação, o que trataremos ao longo da pesquisa.

⁷ A CPEC é elevada a subsecretaria pelo Decreto nº 47.088 de 2016 e a Lei nº 22.257 de 2016 transforma a SEDS em Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP).

7 VISÃO DOS ATORES A RESPEITO DA INTERRUPÇÃO

O fenômeno da descontinuidade de políticas públicas ainda é um tema pouco explorado dentro do meio acadêmico, se resumindo a análises que partem da perspectiva do processo democrático e da alternância de poder. Em outras palavras, estudiosos da área focam as suas pesquisas na questão da troca de governantes e uma mudança no que se refere aos projetos prioritários na agenda governamental. Esse fato se traduz na interrupção de projetos, obras e serviços públicos, podendo ter um reflexo negativo na perda de memória institucional e na exacerbação de conflitos entre técnicos e políticos. Embora seja de grande relevância para discussões em torno de políticas públicas que não possuem um caráter institucional, sendo ainda julgadas como “programas de governo”, a análise da interrupção das atividades do governo a partir da transição administrativa entre mandatos não será trabalhada ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Neste tópico serão expostas diferentes perspectivas de atores envolvidos no Programa Fica Vivo – um dos programas da política de prevenção social à criminalidade do governo do estado de Minas Gerais – acerca da sua interrupção, causada por questões judiciais relativas a uma disputa jurídica em torno de um Termo de Parceria, que ocasionou na interrupção total da execução do programa e dos seus atendimentos nas áreas de abrangência. Foram entrevistados atores relacionados a três áreas de atuação do programa: Minas Caixa (na região de Venda Nova), PTB (Betim) e Serra (aglomerado situado na zona sul da capital).

Dentre os entrevistados estão: dois analistas sociais de cada CPC, gestor de cada CPC, um oficinairo que atua na área de abrangência e também representantes do GEPAR de cada área. Além dos atores da ponta, foram entrevistados cargos estratégicos da política – diretora do programa, subsecretária da política de prevenção e um dos supervisores metodológicos do Fica Vivo. Como assinalado, buscar-se-á tratar dos reflexos dessa descontinuidade da execução do programa nas atividades desempenhadas pelos atores e, no geral, pelas atividades propostas no marco lógico.

7.1. Analistas sociais

Dentro da estrutura do programa Fica Vivo, os analistas sociais são profissionais responsáveis, de modo geral, por: execução das atividades de proteção social; análise da dinâmica social das violências e da criminalidade do território; seleção e acompanhamento das oficinas implementadas; acolhimento, atendimento e encaminhamento de adolescentes e

jovens moradores das áreas de abrangência; articulação da rede de proteção social a parcerias; planejamento de projetos locais, de circulação e interinstitucionais de acordo com as especificidades do território; além de atividades administrativas de manutenção de cadastros de jovens e relatórios referentes às atividades executadas. Nesse sentido, tais profissionais devem mostrar proximidade com as comunidades e, também, familiaridade com os contextos sociais em que elas se inserem.

De forma a apoiar a identificação dos reflexos da interrupção do programa, os analistas entrevistados foram questionados a respeito das atividades desempenhadas por eles. Nesse sentido, é relatado durante as entrevistas que os profissionais possuem um trabalho bastante dinâmico, convergindo com as informações presentes no Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (documento interno utilizado pelos atores da política) (SUPEC, 2018). O analista 01 identifica que é responsável, junto ao analista 02, por tudo que é relativo à gestão das oficinas executadas, atendimento de jovens individualmente ou em grupos, planejamento de projetos locais e de circulação, além da própria análise da dinâmica social das violências. Desse modo, se faz necessária a separação das atividades executadas por eles, para melhorar o entendimento de acordo com o efeito da paralisação em cada uma delas.

7.1.1 Análise da dinâmica social das violências e projetos

A análise da dinâmica social das violências é uma prática de responsabilidade da equipe técnica do programa Fica Vivo em conjunto com a gestão social dos CPCs. Nessa análise, busca-se compreender o território a partir de uma visão que extrapola a dimensão física, trabalhando o pertencimento e as relações construídas entre os moradores da área de abrangência. O Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (SUPEC, 2018) exemplifica alguns fatores que requerem grande importância para a compreensão da dinâmica social das violências e da criminalidade e, conseqüentemente, dos homicídios incidentes entre jovens e adolescentes. São eles:

formas de socialização juvenis (grupos, gangues e outros), histórico sobre a formação do município e do território atendido; redes de serviços públicos, privados e comunitários existentes; qualidade do atendimento prestado à população pela rede de serviços; existência ou não de violência institucional; mobilidade da população; rivalidade entre indivíduos e grupos; cultura do silêncio; regras locais de convivência; tipos de violências e crimes mais comuns; localidades e horários onde os crimes ocorrem; faixa etária das vítimas e dos agressores; aumento da circulação de pessoas armadas. (SUPEC, 2018).

A partir da compreensão dos diversos fatores mencionados acima, são planejadas diversas atividades dentro da metodologia do programa – oficinas de esporte, cultura e arte, Projetos Locais, Projetos de Circulação, atendimentos individuais, entre outros –, o que reforça o importante papel que a análise da dinâmica assume dentro do Fica Vivo.

Ao longo das entrevistas com os analistas sociais, os profissionais compartilham a ideia da importância da circulação no território para aumentar o contato com a comunidade e pensar ações de acordo com suas especificidades. Além disso, a circulação no território auxilia na construção de parcerias com a rede de instituições presentes no território, que se mostra de grande valia no que se refere ao acesso a direitos, atividades em conjunto, entre outros pontos positivos. O analista 06 explica a importância da análise da dinâmica da seguinte forma:

Então, a gente consegue ler esse território, a gente consegue ler essa juventude, a gente consegue ler a dinâmica social das violências que acontecem aqui. A gente consegue compreender quais são as questões culturais próprias deste território para gente construir, para a gente saber de que forma atuar, para gente conseguir ponderar “o que que pega” aqui. (...). Todo projeto, implantação de oficinas, qualquer coisa que a gente vai construir, a gente precisa compreender, tem algo que precisa nos embasar para isso. (Entrevistas: analista 6).

Como mencionado anteriormente, os projetos locais e de circulação podem ser caracterizados como produtos dessa análise da dinâmica social do território. Como define o Guia de Orientações, os projetos seriam um conjunto de ações executados em um limitado período de tempo (com início e fim delimitados), com o objetivo de: ampliar as possibilidades de aproximação e atendimento dos jovens – projetos locais ou promover a circulação de jovens e adolescentes para espaços além do território em que vivem – projetos de circulação. Dessa maneira, os projetos atuam no sentido de provocar mudanças em situações presentes nas comunidades.

A ausência da equipe técnica nas áreas de abrangência prejudica o entendimento da realidade da comunidade. Principalmente no momento de retomada da política, percebe-se que diversos acontecimentos no período de vacância alteram a dinâmica da criminalidade e, também, das violências. O analista 06 diz que “a análise territorial fez uma mudança muito grande porque algumas lideranças do tráfico foram presas e a gente não teve essa dimensão”, confirmando o prejuízo que o desconhecimento e a falta de informações pode gerar. Além disso, é percebido em um dos territórios que a repressão policial cresce no período, o que favorece uma cultura do silêncio na comunidade. O analista 03, quando questionado sobre a chegada de demandas para a equipe por parte da comunidade, diz que

Aqui era uma comunidade muito silenciosa. E hoje o que a gente está percebendo é que eles estão falando mais. Porque aqui tem uma repressão policial muito grande. A questão não é tanto com o tráfico, a questão é mais com a polícia. É uma comunidade que é silenciosa, ela não fala, ela sofre muito nas mãos dos policiais também. (Entrevistas: analista 3).

O que demonstra que a presença dos profissionais no território funciona também como um regulador da atuação policial, além da abertura de um espaço que possibilite e informe sobre o acesso a direitos.

Por fim, ainda se tratando da análise da dinâmica social das violências e especificamente sobre a construção da parceria das redes de serviços públicos, a informação geral é que houve um enfraquecimento dessa articulação, dificultando alguns encaminhamentos. Já os projetos também são afetados por essa situação, uma vez que os resultados alcançados no momento anterior a interrupção acabam sendo perdidos.

7.1.2 Gestão de oficinas

No que se refere a gestão de oficinas, os analistas sociais são responsáveis por todo o processo da sua implementação (análise prévia do território que dê embasamento para a escolha do projeto a ser implementado e o seu local, contratação do oficinairo e sua capacitação), até a avaliação da execução propriamente (verificando adesão, fornecimento de lanches, acompanhamento de oficinairos e orientação para alguns casos) e, até mesmo, o possível desligamento de oficinas que não se mostrem viáveis dentro do território.

O analista 06 relata ao longo da entrevista que o monitoramento das oficinas e a sua presença nos espaços se demonstra como uma importante atividade ao proporcionar um espaço onde o jovem conhece a equipe e percebe o vínculo com o oficinairo:

A gente tem uma parceria importante e interessante com os oficinairos, que trazem as demandas dos jovens. Então as vezes é necessário que a gente vá até a oficina para sentir a demanda e nos colocar à disposição também. Que a gente não está aqui só como supervisoras ou analistas do trabalho do oficinairo, a gente está aqui para atender o jovem que queira conversar diretamente. (Entrevistas: analista 6).

Desse modo, a gestão das oficinas acaba servindo como um ponto de partida para o possível atendimento individual dos jovens, que trataremos a seguir.

Além disso, dentro da construção dos projetos de oficinas, a analista 05 relata que a circulação dentro do território possibilita para mais do entendimento da dinâmica social das

violências, absorver as demandas do território sobre possíveis projetos de oficinas e os locais ideais para recebê-las:

A gente circula pelo território, conversa com as pessoas, com os moradores e com os jovens, além de conversar com os próprios oficinairos, que levantam demandas também. Aí a gente pensa no território onde a gente já tem as oficinas e começa a pensar onde seria interessante a implantação de outra, pensando em rivalidade de gangues, onde o índice de violência está maior e aí a gente pode intervir com uma oficina. (Entrevistas: analista 5).

Tendo em vista um período de interrupção da política de prevenção, os recursos para a execução de oficinas também deixam de ser repassados, já que são intermediados pela OSCIP responsável. Porém, como relatam analistas de todos os territórios observados na pesquisa, alguns oficinairos resolvem prosseguir com as oficinas com recursos próprios, reduzindo a frequência ou o tempo de realização. Apesar da paralisação do programa, o analista 02 relata que o retorno das oficinas e a sua implementação se dá de forma tranquila, o que ocorre é uma certa resistência em relação a mudança nas equipes a partir de uma nova contratação:

Muitos desses jovens que estão envolvidos foram jovens que já participaram das oficinas. Então, eles conhecem o programa, então eles só ficam um pouco preocupados porque como são caras novas, eles não conhecem, mas sabem o que é. (...) A gente foi explicando que a gente tinha parado e que retorna, então a recepção deles é mais tranquila. (...) Receio não com o programa, mas com nós, com os analistas que são novos. (Entrevistas: analista 2).

Essa realidade, apesar de se mostrar como positiva, cria um ambiente de resistência que reduz e dificulta num primeiro momento a ponte entre as oficinas e os atendimentos individuais.

A construção dos projetos de oficinas dentro dos territórios também se mostra lenta e gradual em alguns territórios. Além de uma questão dos repasses de recursos para a sua execução que é dificultada pelo contexto econômico-financeiro do governo estadual, a tentativa de corresponder os projetos às dinâmicas atuais das violências retarda um pouco esse processo, como relatou o analista 06:

Quando a gente volta, a gente não retorna com todos os oficinairos anteriores. E isso foi proposital, por uma avaliação anterior era uma sugestão que eles não voltassem. (...). Porque não fazia muito a diferença no trabalho. E a gente aposta em oficinairos novos (de idade e no ofício), então a gente consegue um público diferente do que a gente já atendia. (Entrevistas: analista 6).

Nesse sentido, o analista 05 destaca um importante trabalho que é gerado a partir dos relatórios construídos no período anterior à paralisação, oferecendo informações para recomençar os trabalhos e implantar as oficinas. O entrevistado diz que a mudança da toda a equipe pode ser muito prejudicial se não houver essa construção de documentos que consigam munir os futuros profissionais de informações.

7.1.3 Atendimentos individuais

Os atendimentos individuais são, também, realizados pelos analistas sociais do programa, destinando-se para o mesmo público alvo (jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangência). Podendo ser realizado em diferentes espaços, desde a estrutura do CPC ou até mesmo nas ruas e oficinas, o atendimento visa promover uma reflexão do jovem a respeito da sua trajetória de vida, em especial condutas de risco que adotam, e uma discussão da letalidade e perda de liberdade apresentado dentro do contexto social em que se inserem. Tais atividades possibilitam a compreensão, por parte do analista, da realidade do local em que o jovem habita e os espaços onde circula, além dos recursos dos quais os jovens dispõe, o acesso às redes de proteção social e seus direitos individuais, como cidadão, como é explicado pelo Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (SUPEC, 2018).

Os analistas dizem que o atendimento individual não se resume ao encaminhamento de jovens para demandas específicas de acesso a direitos. Convergindo a ideia de promoção da reflexão dos jovens e adolescentes sobre formas de prevenção e redução de conflitos e, também, sobre a sua trajetória de vida, o analista social 04 (formado em psicologia) explica o atendimento como:

O jovem está com uma questão específica com a polícia ou então com alguma situação de ameaça, algum risco eminente (...). A gente sabe que a gente está numa “pegada” com ele de repensar a trajetória de vida dele, então a gente vai fazer esse atendimento individual. (...). No âmbito psicossocial, da gente refletir e repensar a trajetória e as escolhas, dar uma provocada de pensar em alternativas não letais ou pensar trajetórias que sejam mais favoráveis dentro daquilo que é o desejo dele. (...). É sempre muito respeitando assim, olha: “dentro disso aí que você deseja para sua vida, vamos pensar o que dá para fazer sem morrer”. (Entrevistas: analista social 4).

Na perspectiva dos atendimentos individuais, percebe-se a criação de um vínculo da equipe de analistas com esses jovens que apresentam demandas externas às oficinas. Tal vínculo é construído ao longo do tempo, permitindo a contribuição para o objetivo geral do programa que é a prevenção dos homicídios dolosos das crianças e adolescentes. A partir do

momento em que o programa se ausenta no território, o atendimento e acompanhamento da trajetória desse jovem também é interrompido. Apesar do relato do analista 04, que identifica a perpetuação dos laços entre jovens e a equipe⁸, em geral as respostas compartilham da opinião do analista 06:

E quanto ao atendimento com jovens, é isso ... muitos atendimentos que estavam acontecendo foram interrompidos, a gente não consegue retomá-los porque uma jovem muda, outro não está mais no território por algum motivo, outro perdeu o vínculo. (Entrevistas: analista 6).

Essa situação rompe com um trabalho construído com o tempo, levando em conta a construção de vínculo e confiança do jovem no programa, o que prejudica em grande escala o trabalho proposto pelo programa. Nesse sentido, como descrito anteriormente, o jovem perde também um espaço de conhecimento do acesso aos seus direitos.

7.2 Oficineiros

As oficinas do programa Fica Vivo são pensadas como estratégias de aproximação e atendimento aos jovens e adolescentes das áreas de abrangência, elaboradas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade e da própria demanda do público. Tais oficinas extrapolam a perspectiva do ofício, pois permitem o estabelecimento de vínculo entre jovens e oficineiros, criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos, além da própria integração entre os jovens.

A denominação “oficineiros” é utilizada para se referir as pessoas que se vinculam ao FV! (a partir de um contrato de prestação de serviços) com o propósito de receber apoio e acompanhamento técnico para a execução de ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. (MINAS GERAIS, 2017). O oficineiro 01 comenta o trabalho que extrapola o ambiente da oficina, recorrendo ao apoio e direcionamento da equipe técnica do Centro de Prevenção:

O lance dos técnicos aqui é fundamental, não faço nada lá fora com os pais, com a família do jovem, sem antes consultá-los aqui, sabe. Porque, querendo ou não, eles têm uma formação, “cara”. (...) O apoio nosso aqui que é o diferencial, que ajuda pra “caramba”, que é o apoio que o Fica Vivo dá para a gente. (...). Por mim só, tem muito caso que eu não conseguiria não. (Entrevistas: oficineiro 1).

⁸ É importante esclarecer que, ao final do termo de parceria anterior, todos os funcionários são desligados. No início do termo atual com o Instituto Elo, novos processos de seleção são realizados, não garantindo a permanência de antigos profissionais, nem a manutenção deles nos territórios em que atuavam.

Os oficinairos, ao longo da execução do seu trabalho, acabam sendo identificados como uma referência positiva para jovens, adolescentes e, também, para seus familiares. A partir da construção desse vínculo com os jovens e a própria inserção dentro da comunidade, cria-se um espaço onde discute-se o acesso aos serviços públicos, questões recorrentes na idade dos jovens, demandas específicas (muitas vezes por trabalho ou cursos profissionalizantes), além de questões relacionadas à própria dinâmica das violências e o envolvimento do público. O oficinairo 02 demonstra bem essa relação ao relatar:

No projeto, eu tenho que executar um ofício de alguma maneira, assim. É claro que tem momentos nessas oficinas, que eu não consigo executar isso com excelência porque é muita demanda. Esses jovens são jovens envolvidos, aí tem algumas demandas que eles trazem que impedem um pouco essa execução do ofício mesmo. Então eu faço vários encontros com eles e discussões sobre justamente a questão da violência no território, a fragilidade deles no âmbito social mesmo, indicação (...) a gente conseguiu inserir num projeto de parceria com o SENAI, a gente conseguiu desenvolver com eles a vontade deles entrarem. (...) O oficinairo não consegue só executar o ofício. (Entrevistas: oficinairo 2).

Dentro da perspectiva de construção desse vínculo como base para a maioria das atividades desenvolvidas pelo oficinairo, a interrupção da execução da política de prevenção nos territórios – sempre marcados pelo alto índice de vulnerabilidade social e homicídios entre jovens – pode significar prejuízos irrecuperáveis para o programa e para a execução da oficina, principalmente no que se refere ao que é trabalhado além do ofício. Mesmo que em alguns casos oficinairos tenham mantido a execução de oficinas sem o recurso necessário, é unânime a visão dos oficinairos de que o vínculo acaba sendo rompido. Por exemplo, o oficinairo 01 diz que

Só que aí o que acontece: aquele jovem que tinha aquelas oficinas para estar a semana inteira, ele acaba voltando para dentro da comunidade, para dentro da favela ali. Aí fica o dia inteiro aquela coisa toda, aí vê o outro colega ali vendendo droga outra vez, o outro fumando droga, aquela coisa toda e não tem nada para fazer, acaba voltando. Aí você vê que quando retorna o programa, aí você tem que fazer o trabalho todo novamente, sabe. Então assim, é um atraso, “cara”. (...) Aí que é uma situação difícil sabe, porque a concorrência que a gente tem é muito desleal, “cara”. A concorrência com o tráfico é desleal pra “caramba”. (Entrevistas: oficinairo 1).

No momento de retomada, percebe-se muitas vezes que alguns casos são irrecuperáveis. Apesar da inserção positiva que o oficinairo possui no território e em meio aos jovens atendidos, além da relação de confiança com os jovens, muitas vezes o contato acaba sendo perdido (seja pelo envolvimento ou pela extensão do território) e, conseqüentemente,

um espaço que o público possui para repensar sua trajetória. O oficinairo 03 relata durante a entrevista que:

O caso é o seguinte, o jovem está envolvido demais com droga, ele está viciado, então ele é um dependente químico. É claro que a gente consegue, com certeza, a gente consegue conversar com ele. Mas dependendo do espaço que é dado, a coisa toma uma proporção muito grave. Porque um menino que tem uma cabeça fraca, que envolve por carência, por necessidade financeira, seja lá qual for; com tráfico ou com droga ... tem coisa que nós conseguimos, mas tem coisa que não consegue. Um exemplo, tem jovem que fica devendo e eles matam. (...). Tem jovem que está totalmente viciado, que está demais, aí precisa de internação e etc. A família as vezes não tem condição financeira. (Entrevistas: oficinairo 3).

Outro aspecto observado ao longo das entrevistas com os oficinairos é a perda de credibilidade do Programa Fica Vivo em meio à comunidade. Mesmo que haja um trabalho de divulgação das oficinas, de reaproximação com os jovens, cria-se uma expectativa negativa entre os jovens de que o programa poderá acabar a qualquer momento, tendo em vista, também, a paralisação da troca de termo de parceria anterior (2016) e outra verificada no ano de 2018, referente ao atraso do repasse de recursos. A respeito disso, o oficinairo 02 diz que:

Eu percebi uma violência muito maior e uma incredibilidade. O jovem, ele não acredita que o programa vai estar sempre ali, justamente por causa desses cortes que tem. Então, eu até achei engraçado nessa última vez que teve uma paralisação por falta de verba e o jovem sempre dizendo que parou, acabou de novo. (...). Então, assim, eles estão muito acostumados com isso, isso é muito ruim para a gente que faz o trabalho. (Entrevistas: oficinairo 2).

Por fim, apesar de não ser foco do trabalho os reflexos referentes a alterações na dinâmica criminal e dos homicídios entre jovens, relatos referentes ao assunto surgem quando se fala do período de vacância. Os três oficinairos citam casos, desde jovens que eram atendidos pelo programa e que acabam presos; até mesmo um contexto territorial completamente delicado. Nas palavras do oficinairo 03, que é morador do aglomerado,

Eu vi corpo esticado na porta da minha casa, esfaqueado. Eu vi muito tiro, eu vi “nego” com rosto tampado dando tiro. Eu tive que esconder atrás de uma parede. Eu vi comércio fechando, helicóptero, polícia. Eu vi muito “nego” com rádio comunicador. (Entrevistas: oficinairo 3).

Ou seja, como morador do território de abrangência, o entrevistado relata uma verdadeira situação de guerra. Apesar de não se observar uma relação de causalidade direta, tal situação pode acabar impactando no trabalho do oficinairo.

7.3 Gestores

As equipes técnicas dos Centros de Prevenção à Criminalidade são coordenadas localmente por gestores sociais, sendo eles responsáveis, nas bases locais, pelas equipes do Programa Mediação de Conflitos e pelo Fica Vivo. Possuindo atribuições mais específicas de um gestor, tais profissionais são responsáveis por auxiliar a SUPEC na gestão da infraestrutura dos CPCs; realizar a gestão de pessoas das equipes técnicas; implementar as articulações necessárias entre a unidade e o comandante do GEPAR, realizando reuniões periódicas; e também por acompanhar as equipes no que se refere a adequação dos registros de comprovação das metas pactuadas.

Dentro de uma perspectiva de promoção da Política Estadual de Prevenção Social à criminalidade, o Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (SUPEC, 2018) estabelece como atribuições dos gestores sociais:

- Executar e fomentar ações de prevenção à criminalidade, a partir da compreensão dos fatores de risco e fatores de proteção social presentes nos territórios e municípios, com vistas à construção da segurança pública com cidadania por meio da participação social;
- Identificar e estabelecer parcerias estratégicas para os programas, para as Unidades de Prevenção Social à Criminalidade e para a execução da política nos municípios e territórios, de forma a garantir uma melhor atuação dos programas, um maior reconhecimento da política de prevenção, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências;
- Perceber, entender e sistematizar juntamente com as equipes técnicas a dinâmica social das violências e criminalidades dos territórios, municípios e grupos sobre os quais a política de prevenção atua, visando à implementação de estratégias adequadas à prevenção da criminalidade, pela aplicação das metodologias dos programas ou mesmo com atuação conjunta com parceiros;
- Orientar e acompanhar as equipes quanto à execução das metodologias e ações dos Programas nos territórios e municípios, possibilitando ampliar e complementar a leitura da dinâmica criminal e a efetivação de projetos que possam interferir nessa dinâmica e favorecer a prevenção à criminalidade;
- Informar a SUPEC, com a maior antecedência possível, para que as informações possam ser repassadas a Assessoria de Comunicação da SESP, o planejamento e realização de ações e projetos a serem realizados no âmbito de atuação das Unidades de Prevenção Social à Criminalidade, visando ampliar a visibilidade das ações e resultados da Política de Prevenção Social à Criminalidade;
- Participar e contribuir das reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica. (SUPEC, 2018, p. 48).

Devido a multiplicidade de atribuições, a análise se dividirá em 4 tópicos: gestão da equipe técnica e ações de proteção social, articulações com a rede, parceria com o GEPAR; e reuniões do GIE.

7.3.1 Gestão da equipe técnica e ações de proteção social

No que se refere à gestão da equipe técnica dos Centros de Prevenção, os gestores são responsáveis pela gestão de pessoas (participando dos processos de seleção, desligamentos, entre outros assuntos dentro dessa perspectiva). O gestor 03 descreve como um trabalho administrativo voltado para questões trabalhistas:

(...) voltado para questões burocráticas, folha de ponto, acompanhamento de hora extra né, acompanhamento de dias de folga da equipe, clima organizacional, uma função trabalhista, né. Acho que então o gestor acompanha via OSCIP, né, ele acompanha as questões trabalhistas que vêm do Centro de Prevenção, assim. (Entrevistas: gestor 3).

Além desse eixo de gestão da equipe, o gestor se responsabiliza também pelo acompanhamento no que se refere a adequação metodológica das ações executadas pela equipe. Desse modo, ele deve discutir os casos que chegam até a equipe, tomar decisões sobre as intervenções que são construídas juntamente com os analistas, além de compreender a dinâmica social das violências e do crime.

Dentro dessa perspectiva, os gestores entrevistados destacam que a interrupção do programa pode trazer impactos de grande relevância para o trabalho construído nos territórios. No que se refere a gestão de pessoas, a retomada requer novas contratações, por meio de processos seletivos, que não garantem a volta dos antigos profissionais ao território e, dessa forma, criam a necessidade de um recomeço do trabalho de mobilização das equipes e de adaptação e aproximação frente a comunidade. O gestor 01 relata que:

Como a gente teve a rotatividade entre a equipe de analistas com maior frequência, inclusive da gestão (que eu também sou recente), essa retomada com os vínculos é algo que é mais difícil, né. Então a rotatividade da equipe é algo que impacta muito. (...) Você tem que recomeçar o trabalho, né. (Entrevistas: gestor 1).

Tal situação acaba por gerar atraso na execução de atividades de acordo com as especificidades do território, uma vez que os novos funcionários não possuem proximidade nem compreendem a dinâmica social da comunidade. Dessa forma, a situação que se apresenta acaba por conectar-se com a promoção de ações de proteção social, ao enfraquecer os vínculos comunitários e ao interferir na legitimidade que o programa possuía no momento anterior a paralisação.

7.3.2 Articulações com a rede

O trabalho em rede consiste na articulação, por parte dos gestores sociais, com as instituições de proteção social e outros serviços oferecidos no território (CRAS, centros de saúde, regionais, entre outras). É um trabalho que possibilita a ampliação e fortalecimento de parcerias com a rede de proteção sócio comunitária que atendem aos adolescentes e jovens público do programa, incluindo na sustentação de um trabalho local outros atores do território. Dessa forma, busca-se uma melhor compreensão da dinâmica das áreas de abrangência e das demandas do público para criar oportunidades de favorecer o acesso desses jovens a serviços públicos e comunitários, além de parcerias em Projetos Locais. (MINAS GERAIS, 2017). Nesse sentido, o gestor 02 destaca grande importância do papel do profissional em torno do diálogo e construção de parcerias:

A gestão faz essa articulação, além de gerenciar as equipes e a ajudar a pensar em algumas intervenções, faz as articulações mais macro, né. (...) Para fora e também no território, a gente vai observando algumas referências, seja da comunidade ou da rede, que possa ser parceiro no fortalecimento da política de prevenção. (Entrevistas: gestor 2).

O afastamento da política de prevenção do território não necessariamente traz prejuízos para as parcerias construídas com a rede de proteção social, como relata o gestor 02, que diz que “a rede é um pouco mais fácil, porque os trabalhadores são como nós mesmos - precarizados, com contrato -, então eles estão acostumados com esse negócio”. Porém, em outro relato, o período estudado é observado desde outra perspectiva, na qual a gestão do centro de prevenção é identificada como um dos precursores da articulação e formação de uma rede de proteção social nos territórios. O gestor 03 diz que

Impacto muito forte. Tipo, acabou, não acabou. E as redes, e é uma coisa que me irrita um pouco, cara, todo mundo fala de trabalho em rede, (...), mas trabalhar em rede gasta energia. (...) Articular, manter, ter que ter produto. Se você não tem produto, fatores de sucesso, a coisa não anda. Por exemplo, aqui na Serra, sempre foi dito que a Serra tinha uma rede muito forte, e aí quando eu cheguei, o cenário caótico, sem nenhuma reunião de rede. (...) Eu acho que seria muito “ousado” cravar que quando você tira a prevenção, acaba a rede. Mas que nós somos um dos parceiros que sempre mais puxa e que a gente realmente vê a rede como um fator importantíssimo para a proteção social, velho. Entendeu? Isso sim. (Entrevistas: gestor 3).

Dessa forma, devido também a mudanças na coordenação de alguns equipamentos de Belo Horizonte, a situação de paralisação acaba por contribuir negativamente, no sentido de

que as redes perdem um importante ator na mobilização das instituições. Seguindo o relato, é dito também que a rede do território começa a se reconstituir somente a época, dez meses depois da retomada das atividades.

7.3.3 *Parceria com o GEPAR*

Tendo em vista a implementação de estratégias adequadas à prevenção da criminalidade, o Programa Fica Vivo estabelece uma parceria com o GEPAR. Nesse sentido, os gestores sociais responsáveis pelos CPCs devem estabelecer um contato direto com o comandante do grupamento que atua na área de abrangência, afim de realizar reuniões periódicas, onde se discute a dinâmica criminal e encaminhamentos firmados. O intuito dessa parceria é aprimorar a atuação conjunta, a convivência e a articulação entre os policiais que compõe o grupamento e os Centros de Prevenção, além de potencializar maior eficácia das ações desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida e a segurança da comunidade. (MINAS GERAIS, 2017).

Os gestores relatam que as reuniões são utilizadas para discussão a respeito da dinâmica criminal e explicar as ações que são desenvolvidas, criando espaço para uma atuação comunitária e preventiva do grupamento. Nesse sentido, a relação dos gestores 01 e 03 é descrita como uma experiência de sucesso, num espaço onde o comando do GEPAR compreende a diferença de atuação deste grupamento específico, diferente dos grupamentos policiais tradicionais. Dessa forma, a retomada dos trabalhos em conjunto e do diálogo com os comandantes após a paralisação ocorrem de maneira tranquila.

Por outro lado, o gestor 02 descreve uma situação diferente das demais. Como aparece também nos relatos de alguns analistas sociais, a atuação da polícia no território é marcada pela truculência e alta rotatividade dos comandantes do GEPAR, o que dificulta o estabelecimento de um diálogo entre as instituições e distancia da ideia de um policiamento comunitário. O gestor do território diz que:

A gente tem uma reunião que chama “Fórum Intersetorial”, e aí participam instituições e moradores da comunidade. Então no início do ano a gente começa fazendo uma pauta de quais assuntos a gente gostaria de trabalhar no “Fórum Intersetorial” e a comunidade fala da importância de discutir sobre segurança pública, principalmente dialogar com os atores da polícia (...). Então a gente também, enquanto gestão, vai fazendo esse elo de ligação, né, e dizendo da importância também dessa comunidade dizer para a polícia (...), mas quanto mais atores falarem da atuação, vai ficando mais palpável. (...). Então a gestão, foi um papel interessante, fez essa ponte, esse elo, né, de convidar os atores, de pergunta o

que que é. E essa comunidade conseguiu falar dessa atuação truculenta também da polícia. (Entrevistas: gestor do território).

Dessa forma, o relato demonstra a importância da presença da gestão dentro do território a fim de favorecer um diálogo com comunidade e concretizar uma reclamação a respeito da atuação policial, além de demonstrar a situação do GEPAR durante o período de vacância.

7.3.4 Reuniões do GIE

As reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica contribuem com o objetivo do Programa Fica Vivo a partir da ampliação da assertividade e tempestividades das ações de repressão qualificada nos territórios de abrangência. Segundo o Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (SUPEC, 2018), as seguintes realizações são fundamentais para a criação de uma rede de informações (entre a SESP, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Judiciário e Secretaria Municipal de Segurança Pública):

- Reuniões ordinárias envolvendo os representantes do GIE;
- Levantamento de dados para identificação de pessoas e/ou grupos a serem monitorados;
- Sistematização de informações em relatórios sobre as pessoas/e ou grupo monitorados;
- Análise dos relatórios em articulação com a dinâmica criminal das áreas monitoradas para que se verifiquem as medidas que possam ser adotadas;
- Acompanhamento das medidas adotadas e avaliação dos resultados alcançados;
- Aproximação e integração entre os representantes das instituições componentes do Grupo;
- Trabalho contínuo e ágil, com redução das formalidades. (SUPEC, 2018, p. 8).

A integração dessas instituições nesses grupos de discussão são, dessa forma, de extrema importância para a delimitação das funções de cada órgão e a atuação de acordo com as prioridades de manutenção da segurança nas comunidades.

No que se refere ao papel do gestor social, estes têm uma função além da discussão de alvos nos territórios atendidos pelo programa. Apesar do índice de homicídios ser utilizado como um parâmetro para a verificação da dinâmica criminal do território, os gestores contribuem nas discussões a partir da perspectiva da comunidade e a visão de proteção social. O gestor 03 destaca o seguinte sobre o seu papel nas reuniões:

A gente não vai lá levar nome nunca, assim. Tanto que a gente não está de colete aqui. Nosso trabalho não é policial, não é. Então, assim, a gente traz um termômetro da comunidade. As vezes a gente vê falas: “não, lá tudo está tranquilo”. (...) Como é que está tranquilo? O negócio está cada vez mais tenso no território, equipamentos públicos não estão funcionando por causa do conflito. Porque as vezes a polícia tem aquela coisa de “não teve tiro, então está tranquilo” e para a gente, a gente sabe que não é. (Entrevistas: gestor 3).

Além dessa perspectiva, ao longo da entrevista com o gestor 02 e o seu relato sobre a atuação policial, mencionado no tópico anterior, percebe-se que a presença do gestor no território possibilita a transmissão da insatisfação da comunidade frente a atuação policial às reuniões do GIE. Dessa forma, contribuindo para a adequação da abordagem policial dentro da comunidade.

Tendo em consideração o momento de paralisação, apesar das reuniões do GIE continuarem acontecendo, esse espaço perde as falas de proteção social, restringindo assim a discussões a perspectiva de repressão. O gestor 02 menciona que:

O que eu senti, parece que o GIE tinha perdido essa fala da proteção social, né. Então, assim, os próprios tenentes deixam de ter algumas leituras que são de proteção social, não só no GIE como nas reuniões mensais, né. Eu falo que as vezes o tenente é aquele cara que está igual lá no jogo do Cruzeiro e Atlético, lá embaixo do “bandeirão” (...). Quando sobe a bandeira, o cara não enxerga. Então, assim, o tenente não está todo dia na rua, então é lógico que ele gosta que a gente fomente leituras do território para ele, né. Então no GIE é a mesma coisa assim, né, tipo o cara que está lá, ele não está lendo Como é que ele vai ter essa leitura, esse termômetro da comunidade? E com certeza a comunidade chega para a gente de um jeito (...) e para a polícia como outro, né. (Entrevistas: gestor 2).

É importante dizer que esses espaços de discussões permanecem e são retomados pela gestão a partir do reinício das atividades do Fica Vivo, sendo destacado o avanço da participação da Prevenção à Criminalidade nessas reuniões ao longo dos anos, principalmente a partir do papel da Gerente de Intervenção Estratégica nessa articulação.

7.4 GEPAR

O Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR)⁹ foi criado com o intuito de promover um policiamento preventivo especializado, visando ampliar a sensação de segurança e da legitimidade do policiamento preventivo. Nesse sentido, os policiais desses grupamentos são encarregados de percorrer os territórios e criar uma relação de proximidade

⁹ A Instrução nº 002/05-CG foi responsável por regular a criação e emprego do GEPAR. (MINAS GERAIS, 2005).

com a comunidade, favorecendo o diálogo com moradores e representantes locais. (MINAS GERAIS, 2017).

O instrumento regulador mais recente sobre o GEPAR¹⁰ diz sobre os seus objetivos específicos, que são: executar policiamento comunitário em áreas de risco, fomentar a mobilização social em busca da promoção de uma cultura de paz, e combater o crime organizado por meio da repressão qualificada (MINAS GERAIS, 2016b). Tendo em vista uma atuação baseada em três pilares (prevenção, mobilização social e repressão qualificada), o desenho do grupamento se aproxima bastante da política de prevenção social à criminalidade e, principalmente, do programa Fica Vivo. Nesse sentido, estabelece-se uma ação conjunta entre tais equipamentos de segurança pública, a fim de aprimorar a convivência e articulação entre eles e alcançar maior eficácia das ações desenvolvidas nos territórios atendidos e, dessa forma, contribuir na qualidade de vida e segurança da comunidade.

As entrevistas com os policiais do GEPAR, em geral, mostram que os policiais compreendem a diferença de atuação desse grupamento, falando-se muito sobre um policiamento especializado, ao se tratar de territórios marcados pela vulnerabilidade social e alta criminalidade. O entrevistado do GEPAR 01 descreve, para além das ações de repressão e prevenção, a seguinte diretriz:

Nós temos uma diretriz GEPAR e essa diretriz GEPAR, ela determina que a gente tem que preocupar tanto com a prevenção quanto com a repressão e, também, com a mobilização social. Ou seja, tentar chamar a atenção das pessoas que estão ali da importância de enfrentar aqueles problemas, né, de não deixar as pessoas passivas dentro do território, aceitando. E não só a questão da violência propriamente dita, mas também dos problemas da região: esgoto, iluminação, “Maria da Penha”. Então as vezes não diretamente ligado ao tráfico de drogas. (...). Então a gente tenta criar essa abertura, por mais que a gente saiba que a gente tem que ter cuidado, né. (Entrevistas: GEPAR 1).

Ao serem questionados sobre as atividades mais importantes desempenhadas e em que sentido se dá a cobrança do trabalho dos oficiais, percebe-se uma grande inclinação para a questão da redução dos homicídios. Esta questão se mostra importante ao se analisar o período de paralisação da execução do FV, devido ao fato de que alguns entrevistados relatam não haver mudanças. No que se refere a dinâmica criminal dos territórios,

¹⁰ O instrumento regulador mais atual acerca do GEPAR é a Instrução nº 3.03.20/2016 do Comando Geral da PMMG. (MINAS GERAIS, 2016b).

Eu percebi mais diretamente que diminuiu as reuniões. Na vida cotidiana, não percebi não. (...). Os grandes criminosos daqui naquela época estavam presos, então a atuação de criminosos aqui, desde antes disso, ela estava mais linear, mais controlada. (...). Eu não percebi, levando em consideração o número de homicídios, que não aconteceram. Levando em consideração pelo fato dos grandes criminosos estarem presos, deveria se ter um número maior de prisões e apreensões, eu acho que foi dentro daquilo que era projetado ali, que a gente imaginava que fosse acontecer. (Entrevistas: entrevistados).

Nesse sentido, os policiais 02 e 03 compartilham da mesma opinião, dizendo que a interrupção não gera um efeito direto na atuação deles dentro do território. O oficial 03 chama atenção para o tamanho do aglomerado, o que pode ser um dos motivos que não permitem a percepção de um malefício evidente. No geral, o que se percebe é que apesar do surgimento do grupamento estar ligado às mesmas proposições que criaram o Fica Vivo e que, num primeiro momento, a sua atuação estava vinculada aos mesmo territórios de abrangência do programa, todavia existe uma maior valorização para as ações de repressão, uma lógica de atuação baseada em valores diferentes.

O eixo de atuação de proteção social também é verificado no diálogo com os policiais, mesmo que em menor escala. Um fato abordado pelo oficial 01 é a dispersão dos jovens pelo território, observada ao se desativar as oficinas. Posteriormente, percebe-se certa importância às falas de proteção social apresentadas durante as reuniões do GIE. Convergindo com papel dos representantes dos CPCs – de apresentar a perspectiva da comunidade sobre a dinâmica social - dentro desses espaços de discussão, os oficiais 01 e 03 relatam a relevância da compreensão do território apresentada por eles, e a perda que se dá no momento da paralisação, impactando também nas suas atividades. Segundo as palavras do oficial 01:

Com certeza, também teve uma defasagem muito grande no GIE também. Normalmente lá, você já esteve lá e sabe como que é, você tem a palavra do GEPAR, tem a palavra das delegacias, tem a palavra do Sistema Prisional e depois a palavra do pessoal do Fica Vivo. E a gente percebe o tanto que eles contribuem, ali no GIE dá para perceber o quanto que eles também estão embrenhados ali no território, né. Eles trazem detalhes que a polícia não tem como ter. (...). A gente não tem acesso a certo tipo de conversa, a gente não tem acesso a algum tipo de sensibilidade ali do que está acontecendo. (...). Que o Estado sempre muito formal, ele não consegue captar o sentimento verdadeiro do morador. (Entrevistas: oficial 1).

Apesar dessa perspectiva, o que prevalece na maioria das entrevistas é que a interrupção do programa não provoca um efeito direto nas atividades desempenhadas pelo GEPAR.

7.5 Cargos estratégicos

A execução da política de prevenção social à criminalidade do estado de Minas Gerais e, especificamente, do Fica Vivo conta, além dos profissionais que atuam diretamente no território, com a ajuda cargos estratégicos dentro da estrutura da Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade e, também, dentro da organização da OSCIP parceira. Neste tópico, buscando-se uma perspectiva mais macro e institucional a respeito dos reflexos da interrupção do programa Fica Vivo, foram entrevistados a Subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade (responsável pela coordenação de toda política de prevenção à criminalidade do estado de Minas Gerais), a Diretora de Proteção Social da Juventude (responsável pela Diretoria referente ao Fica Vivo) e o Supervisor Metodológico do Programa Fica Vivo (vinculado ao Instituto Elo – OSCIP parceira atualmente).

A Subsecretária de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade, estando subordinada diretamente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, tem como atribuições: compreender as diretrizes da Secretaria de Estado de Segurança Pública acerca do sistema de segurança e fazer com que tais diretrizes sejam reproduzidas dentro da Política de Prevenção à Criminalidade; dar as diretrizes para a execução da política de prevenção à criminalidade, coordenando questões metodológicas e diretivas; coordenar as ações executadas direta e indiretamente pela política nos territórios e municípios onde ela atua; fiscalizar a acompanhar o Termo de Parceria que é utilizado para a execução da política; realizar articulações institucionais, para possibilitar a atuação de rede, principalmente com os parceiros mais estratégicos; e coordenação da equipe envolvida direta e indiretamente na execução da política.

A Diretora de Proteção Social da Juventude, por sua vez, responde pela direção do Programa de Controle de Homicídios, especificamente, trabalhando para possibilitar a “fluidez institucional” em torno dos dois eixos de atuação do programa (proteção social e intervenção estratégica), como ela descreve. De acordo com Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (SUPEC, 2018, p. 43), são atribuições da diretora:

- ✓ Favorecer a problematização da temática juventude no âmbito da SESP/SUPEC, tendo em vista sua transversalidade;
- ✓ Responder pela direção do Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo!;
- ✓ Propor e dirigir, sempre que necessário, o processo de revisão do Marco Lógico e do Marco Conceitual do Programa Fica Vivo!;
- ✓ Propor indicadores e acompanhar a execução das metas referentes ao Programa Fica Vivo!;

- ✓ Promover as articulações institucionais e intersetoriais necessárias ao funcionamento do Programa Fica Vivo!;
- ✓ Coordenar o processo de elaboração e planejamento dos Projetos (Inter)Institucionais do Programa Fica Vivo!;
- ✓ Coordenar o trabalho da Comissão de Formação Continuada, Comissão de Oficineiros e Colegiado Gestor, contribuindo para a manutenção e qualificação do processo de formação dos profissionais vinculados ao Programa Fica Vivo!;
- ✓ Favorecer as articulações interinstitucionais necessárias a formação e funcionamento dos Grupos de Intervenção Estratégica (SESP, PM, PC, MP, Poder Judiciário e Órgãos Municipais de Segurança Pública);
- ✓ Contribuir para a análise e compreensão das dinâmicas sociais geradoras de conflitos, violências e processos de criminalização nos municípios e regiões atendidas pelas Unidades de Prevenção à Criminalidade;
- ✓ Supervisionar a execução do Programa Fica Vivo!, tendo em vista o Termo de Parceria firmado com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público para implantação, desenvolvimento e consolidação das Unidades de Prevenção à Criminalidade;
- ✓ Orientar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelos profissionais vinculados a DPJ;
- ✓ Orientar e apoiar o trabalho desenvolvido pela supervisão metodológica do Programa Fica Vivo!;
- ✓ Representar o Superintendente de Políticas Territoriais de Prevenção Social à Criminalidade, sempre que se fizer necessário. (SUPEC, 2018, p. 44).

Por outro lado, os supervisores metodológicos do Fica Vivo são responsáveis por dar suporte às equipes do programa e à gestão das bases locais. Baseado na entrevista com um dos supervisores metodológicos que atuam no programa atualmente, esse suporte pode ser entendido a partir da discussão de pautas cotidianas, da organização do trabalho, da forma de atendimento comunitário e individual, e de casos concretos, sobretudo a partir de uma intervenção metodológica e de um “arcabouço teórico” de casos e situações que se repetem. Além disso, o supervisor pode ser visto como um interlocutor das equipes e da gestão dos CPCs com a SUPEC, principalmente com a diretoria do programa e a Superintendência de Políticas Territoriais de Prevenção Social à Criminalidade. Somando-se ao que é descrito durante as entrevistas, o Guia de Orientações para a Execução do Trabalho (SUPEC, 2018) também coloca como atribuições: a contribuição para integração entre os programas de base local e municipal, proposição de ações e projetos, a atualização e desenvolvimento das diretrizes metodológicas a partir de resultados alcançados, planejamento de visitas aos CPCs de Belo Horizonte, Região Metropolitana e do interior, entre outras várias.

Apesar da posição estratégica dos cargos entrevistados e o seu possível afastamento da execução dos programas na ponta, as entrevistas revelam em geral percepções similares às aquelas apresentadas pelos profissionais dos CPCs. Em geral, um reflexo apresentado é o rompimento do vínculo que se estabelece com a comunidade e os jovens atendidos pelo

programa. O entrevistado 01 apresenta esse reflexo, tratando-o também como uma fragilidade da política:

Na retomada, fica visível uma angústia dos profissionais. E parece que se rompe algo, assim, também a partir dessa retomada, que é da fragilidade dessa política. Que desde o momento, você tem dez anos executados ininterruptamente e aí você tem uma paralisação, parece que a gente conseguiu se deparar com nossa fragilidade. (...). Percebo uma fragilidade das equipes, uma angústia, um desenlace com a comunidade. Então hoje é comum, assim, a todo momento a comunidade pergunta se a gente continua de fato. Acho que se rompe algo e quebra algo do método, da continuidade do trabalho, é sempre uma retomada de vínculo, a saída de profissionais dessa política. (Entrevistas: entrevistado 1).

As falas do entrevistado 01 apresentam uma preocupação no que se refere a desmobilização dos profissionais da política, principalmente dos oficineiros, que segundo ele são “largados a própria sorte”. Esse problema expõe uma crítica ao modelo de contratação dos oficineiros e uma fragilidade do vínculo da política com atores determinantes na execução do trabalho, ao passo em que são os agentes mais próximos do público atendido. Os relatos sobre a dúvida de membros da comunidade sobre a continuidade da política são de extrema relevância ao se tratar do vínculo comunitário e da legitimidade que a política de prevenção possui dentro dos territórios atendidos. Reforçando essa ideia de perda de vínculos e legitimidade dentro do território, o entrevistado 03 relata uma dificuldade em relação aos últimos CPCs implantados. Fazendo-se uma analogia com a “Tragédia de Mariana”, ele diz:

É como se fosse a tragédia lá de Mariana, depois do rompimento daquela barragem, sabe? Assim, a gente reergueu, talvez a gente esteja um pouquinho a frente de Bento Rodrigues, né. A gente já reergueu, só que os impactos, a lama está aí. (...). E aí as comunidades onde a gente estava a menos tempo, o impacto disso é muito severo, né. Quando eu penso por exemplo Carapina, em Valadares, né. Assim, a gente a menos tempo lá, a gente fica parado, muito tempo parado e hoje o que eu assisto assim do programa no Carapina é um desconhecimento da comunidade do que que essas pessoas que estão ali fazem. (Entrevistas: entrevistado 3).

Outra questão que aparece ao longo das entrevistas com os profissionais de cargos estratégicos é o aumento dos indicadores de homicídios, fato que não foi foco de estudo nessa pesquisa, mas expõe diretamente um prejuízo ao tratar-se do objetivo geral desse programa, que é a prevenção e redução de homicídios dolosos de jovens e adolescentes moradores das áreas de abrangência. Segundo o entrevistado 02, “a própria saída dos programas, ela gera insegurança. (...). Tudo aquilo que eles falaram que melhora com os programas, a circulação, a dinâmica criminal, o envolvimento, com a nossa saída se perde”.

As entrevistas realizadas (como pode ser verificado no Apêndice 9.5) introduziu no seu roteiro questões a respeito da legitimidade da política dentro do governo estadual, relacionando-se com o reflexo da legitimidade e reconhecimento dentro dos territórios mencionado anteriormente. Associando-se aos relatos de dúvida e medo das comunidades em relação a continuidade do programa, é mencionado durante a entrevista com os três profissionais o temor frente às trocas de governo, devido ao fato de que a política ainda é considerada uma “política de governo”, por não haver legislação que garanta a sua continuidade. Nesse sentido, o entrevistado 01 comenta suas expectativas:

Eu espero para esse programa especificamente nos próximos anos (tomara que sejam muitos) maior validade, sobretudo perante as instituições estaduais e ao poder público. É preciso a gente parar de discutir isso como uma “política de governo”. Nós precisamos nos consolidar, nós somos uma política de 15 anos, que há 15 anos fica “correndo atrás do próprio rabo” de um decreto, de um projeto de lei, de uma emenda. É preciso estar oficialmente nos calendários de governo, assim. Acho que esse é um ponto crucial para que essa política consiga cada vez mais ter métodos que aumentem a capilaridade nos territórios. (Entrevistas: entrevistado 1).

Por fim, as entrevistas se propuseram a descobrir os principais interlocutores que se articularam no momento da paralisação e os seus principais interesses na retomada das atividades. A partir das entrevistas se percebe diferentes opiniões a respeito dos principais interlocutores interessados na continuidade da política (Ministério Público, Judiciário, Secretarias Municipais e Secretaria e a SESP, os próprios trabalhadores da política e a comunidade das áreas de abrangência). O entrevistado 03 fala sobre impactos interinstitucionais com a rede de proteção - devido ao fato de que a política de prevenção funciona, muitas vezes, como um “termômetro” das comunidades – de maneira positiva, mostrando que as relações com algumas instituições são fortalecidas ao perceberem os reflexos da ausência dos profissionais de base local. Segundo ele,

Eu acho que seria romantismo da nossa parte se a gente também não tivesse a clareza de que em alguma medida a gente é o Estado que dialoga com as favelas, né. Então eu acho que tem um interesse do Ministério Público, do Judiciário, do Estado, né. (...). Tanto o Estado, quanto as prefeituras, mas o Estado enquanto corpo de gestão pública, né. Eu acho que tem um interesse da nossa presença nessas comunidades. (...). Vou te dar um exemplo: eu fui em Santa Luzia a época da paralisação por causa do GIE e aí a fala do secretário municipal de defesa era muito assim “não, vocês têm que voltar, né, não dá para fazer nada lá se vocês não estiverem”, né. Então eu acho que tem uma certa “objetalização”, vamos dizer assim, da gente. É importante para eles que a gente esteja, porque a gente também é meio que interlocutor, mediador né, das ações, a gente é um certo termômetro para as instituições. (Entrevistas: entrevistado 3).

Outra perspectiva que foi obtida a partir das entrevistas é de uma mobilização na maioria por parte dos profissionais que atuam no Fica Vivo. O entrevistado 02 fala que “foi uma mobilização maciça dos trabalhadores dessa política. Em todas as esferas: oficineiros e trabalhadores via CLT. (...). Então para mim foi uma pauta trabalhista. ”, o que colocou em dúvida por parte dele a capilaridade da política dentro das comunidades. Por sua vez, o entrevistado 01 traz uma outra visão da mobilização dos interlocutores, além da mobilização dos trabalhadores da política. Na sua entrevista, ele diz que percebe, acima de tudo, um grande movimento por parte das comunidades que são atendidas:

O movimento grande mesmo foi do público atendido, dos territórios, das comunidades, que protestaram, que foram para a porta do TJ, que foram para a Assembleia, que postavam, que faziam o que estava no alcance deles para sensibilizar, né. (Entrevistas: entrevistado 1).

Na visão do entrevistado, o suporte institucional se dá de maneira mais fraca. Tal perspectiva demonstra a importância que as comunidades e o público atendido atribuem ao trabalho executado pela política de prevenção à criminalidade, que modifica o contexto em que estes estão inseridos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal apresentar os reflexos da interrupção da política de prevenção social à criminalidade do governo estadual de MG (em 2017) na execução do Programa Fica Vivo!, tendo em vista as atividades desempenhadas pelos atores envolvidos na sua efetivação. Objetivou-se, também, perceber como a paralisação da política afeta a visão desses atores frente ao programa, os vínculos construídos com as comunidades e quais os desafios para as equipes responsáveis por retomar o trabalho após a interrupção.

De forma a alcançar os objetivos propostos por essa pesquisa, foram realizadas entrevistas com 18 atores envolvidos, entre eles: equipe técnica, oficinheiros, policiais do GEPAR e profissionais de cargos estratégicos. Tais entrevistas buscaram revelar a percepção dos entrevistados sobre o tema estudado, abordando-se as atividades desenvolvidas por eles dentro da metodologia do programa e a sua importância para o alcance do objetivo geral do Fica Vivo! – contribuir para a prevenção e redução dos homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das áreas de abrangência dos CPCs de base local -.

As considerações a respeito dos reflexos na execução das atividades identificados ao longo das entrevistas podem ser divididas em dois grandes grupos, de acordo com os eixos de atuação do FV!. Em um primeiro grupo, tratar-se-á sobre as atividades executadas no eixo de proteção social e, no segundo grupo, as atividades relativas ao eixo de intervenção estratégica. Posteriormente, serão elencadas questões relativas à percepção dos interlocutores mobilizados na retomada do programa e, por fim, se abordará a legitimidade do programa.

O Eixo de Proteção Social, como foi tratado ao longo do texto, é trabalhado nessa política pública a partir de 7 (sete) atividades, sendo elas: a análise da dinâmica social, oficinas ofertadas, projetos (locais, de circulação e interinstitucionais), discussão da letalidade juvenil e da criminalização da juventude e atendimentos individuais. No que tange à análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, percebe-se ao longo das entrevistas com analistas sociais e gestores, que a ausência das equipes nos territórios prejudicou o entendimento do contexto social em que a comunidade e, especificamente, o público alvo estão inseridos. O período de 6 (seis) meses de interrupção pode ser um lapso muito extenso ao se tratar de comunidades marcadas pela vulnerabilidade social e altos índices de criminalidade. O que é confirmado pelas entrevistas, tendo em vista relatos do conhecimento posterior da reconfiguração da dinâmica do tráfico de drogas e de situações de atuação truculenta por parte da polícia.

A alteração da dinâmica criminal e das violências durante esse período pode ocasionar em efeitos indesejados, segundo a metodologia do FV!: restrição de circulação dos moradores da região, impedimento do acesso a espaços e serviços públicos, entre outros efeitos que se chocam com os objetivos específicos do programa. Além disso, como essa atividade é determinante para a construção de intervenções de acordo com as especificidades do território, todos os níveis de projetos e a implementação das oficinas são prejudicados e retardados no momento da retomada.

Somando-se a essa situação, os relatos dos gestores enfatizam um prejuízo evidente ao se formar equipes novas. A chegada de novas pessoas ao território, devido à realização de novos processos seletivos, pode constituir uma barreira se não houver a produção de relatórios contendo informações a respeito da dinâmica do território. Ademais, a reformulação das equipes prejudica, também, a construção e manutenção do vínculo com a comunidade, uma vez que a circulação pelo território por parte dos analistas deixa de acontecer, o que acaba por retardar todo o trabalho desenvolvido de acordo com as especificidades do território.

As oficinas são o ponto de partida do contato entre os jovens e o Programa FV!. A partir dela, o jovem conhece o profissional e estabelece uma relação de vínculo com ele, permitindo a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção, sobre promoção da circulação, o favorecimento da integração entre o próprio público e também questões relativas a própria dinâmica criminal. Nesse sentido, a paralisação mostra um importante fator que é o reconhecimento do trabalho desempenhado pelos próprios oficinairos, que alguns decidem por manter a execução das oficinas, mesmo que de forma reduzida e sem um amparo da OSCIP parceira e do governo estadual.

Em geral, o que se percebe a partir dos relatos dos oficinairos, é a quebra do vínculo e a perda de uma referência na vida desses jovens, que também é responsável pela discussão da letalidade juvenil e da criminalização da juventude. Tal situação revela ao longo das entrevistas uma “concorrência desleal” com o tráfico, que absorve esses jovens de maneira rápida, e acaba distanciando-os, algumas vezes de forma irrecuperável. O que se percebe pelas entrevistas é que a construção do vínculo com esses jovens ocorre de maneira gradativa e lenta e, nesse sentido, a interrupção por 6 (seis) meses pode romper completamente o elo com esses jovens e adolescentes, destruindo um trabalho de vários meses.

No que se refere aos projetos locais, projetos de circulação e interinstitucionais, estes são retomados de maneira lenta e gradual, principalmente pela deficiência na análise da dinâmica social por parte da equipe técnica e da gestão social dos CPCs, que impede a correspondência dos projetos às dinâmicas territoriais. Essa situação demonstra, mais uma

vez, um impacto da necessidade de se realizar novos processos seletivos, que não garantem a volta de antigos profissionais ao território. A descontinuidade da política impede, também, que os efeitos de projetos executados em momentos anteriores sejam percebidos, o que acaba por desestimular a equipe que emprega esforços para realizá-los.

Os atendimentos individuais são possibilitados a partir da execução das oficinas (e a percepção das demandas dos jovens) e também da gestão das oficinas realizadas pelos analistas sociais, o que permite a sua apresentação e interação com os jovens. A partir do momento em que esses profissionais são substituídos, passa a existir certa resistência com novos atores inseridos no território, o que dificulta essa ponte que as oficinas proporcionam para o FV! e o estabelecimento de vínculo com a nova equipe.

O vínculo e confiança dos jovens são de extrema importância para possibilitar um diálogo acerca da trajetória desses jovens, potencializando uma trajetória que não envolva riscos letais. A paralisação da execução, nesse sentido, rompe com um trabalho que é construído ao longo do tempo, o que leva aos jovens a sua situação original de desamparo – com restrição dos encaminhamentos das suas demandas e restrição do acesso a serviços públicos -, o que favorece o envolvimento com a criminalidade e, dessa forma, os homicídios dolosos entre o público.

Por fim, ainda se tratando do eixo de Proteção Social, um reflexo da paralisação é o enfraquecimento das articulações com as redes de proteção sócio comunitária. A falta desse trabalho de construção de rede, que possibilita a ampliação e fortalecimento do acesso à espaços e serviços públicos por parte da comunidade e do público alvo, contribui para a manutenção da situação de vulnerabilidade social, como tratado acima. A figura dos gestores dos CPCs é de grande relevância nesse sentido, uma vez que estes são muitas vezes os precursores dessa articulação. Dessa forma, a sua ausência no território faz com que a formação de parcerias entre diferentes instituições acabe sendo desmobilizada.

O Eixo de Intervenção Estratégica, por sua vez, atua em direção a prevenção e redução de homicídios a partir de 4 (quatro) atividades: policiamento preventivo especializado (GEPAR), GIEs, fomento da articulação dos órgãos e atores de segurança pública e do Sistema de Justiça e reuniões periódicas entre GEPAR e equipes dos CPCs. Em relação ao policiamento preventivo por parte do GEPAR, a percepção dos atores da PMMG é, em sua maioria, de que a paralisação do Programa Fica Vivo! não impacta diretamente nos seus trabalhos. Por outro lado, a visão de um dos gestores sociais, responsável por se reunir com o comandante e articular ações conjuntas, é de que a atuação puramente repressiva e truculenta ganha espaço a partir da saída dos profissionais do CPC. Essa situação demonstra uma função

dessa equipe, não expressa na metodologia do programa, mas de extrema importância para a dinâmica social das violências na comunidade, que é de “reguladora” da ação policial. A partir do momento em que as reuniões periódicas entre equipe e GEPAR deixam de acontecer, além da ausência do gestor nas reuniões do GIE, a ação da polícia se distancia do policiamento preventivo e comunitário, chocando-se com a metodologia do Fica Vivo!.

Apesar dessa percepção apresentada, um importante reflexo da paralisação se dá nos espaços das reuniões do GIE. Tendo em vista as contribuições feitas pelos representantes dos CPCs a partir de uma perspectiva da comunidade e uma visão de proteção social, essas reuniões se transformam em espaços unicamente de discussão de alvos, diretriz das ações de repressão qualificada do GEPAR. Essa é uma queixa dos oficiais do grupamento entrevistados, que relatam a relevância da perspectiva do território apresentada pelos gestores e a perda da fala de proteção social nesses espaços.

A temática dos interlocutores que se mobilizam pela retomada da política de prevenção e do Fica Vivo! é abordada com os profissionais de cargos estratégicos e evidenciam opiniões bastantes distintas, talvez pela posição que cada um ocupa dentro da estrutura da política. Relacionando-se com a ideia de atores interessados na execução das políticas públicas mencionada no capítulo 3 (três) dessa pesquisa, uma percepção é o interesse de instituições como MP, Judiciário, Secretarias Municipais, entre outros, na presença do programa nessas áreas mais vulneráveis. Contata-se, dessa forma, que a presença das equipes técnicas e oficineiros nos territórios é importante na interlocução entre comunidade e poder público, mediando as ações. Esse fato revelou um importante reflexo da paralisação, que foi a valorização por parte de instituições públicas da execução dos programas de prevenção à criminalidade.

Por outro lado, revela-se também nessas entrevistas, o entendimento de uma maior mobilização por parte dos próprios profissionais da política, sendo caracterizada como uma “pauta trabalhista”. Essa percepção coloca em cheque a verdadeira capilaridade e legitimidade que o programa possui atualmente, como trataremos a seguir. Finalmente, a concepção de outro entrevistado se refere a mobilização das comunidades atendidas frente a paralisação. Essa visão traz para a discussão o movimento das comunidades em tentar sensibilizar as instituições responsáveis por dar celeridade ao processo judicial, mostrando a importância dos efeitos que a execução da política proporciona ao território e as perdas relativas ao fato estudado.

A perda de legitimidade é um fator presente na maioria das falas dos entrevistados. As paralisações ao longo do período de execução já somam 3 (três) momentos distintos – a

primeira troca do Termo de Parceria em 2016, a segunda troca do Termo de Parceria e disputa jurídica em 2017 e a mais recente, em 2018, relativa ao atraso no repasse de recursos públicos ao IELO. Diante disso, e relacionando-se ao modelo de parcerias com OSCIPs que surge a partir da “Nova Gestão Pública”, percebe-se que apesar das vantagens da gestão por meio de outras entidades com sistema jurídico privado, sua maior autonomia e flexibilidade para garantir a eficiência; a dependência em relação aos recursos públicos e o constante risco de interrupção mostram aspectos negativos do modelo adotado para a execução da política de prevenção à criminalidade. Dessa forma, tais ocorridos proporcionam um efeito negativo da comunidade e do público atendido frente ao Fica Vivo!, que tem expectativas de que essa política pública possa se encerrar a qualquer momento.

Esses episódios reafirmam um efeito recorrente ao longo de todas as entrevistas, que é a perda dos vínculos comunitários e institucionais entre os jovens e adolescentes atendidos. Somando-se a esse relativo temor sobre a continuidade da Política de Prevenção Social à Criminalidade como um todo, ainda se pensa no fato de que ela é considerada apenas uma “política de governo”, o que não garante a sua permanência ininterrupta na agenda governamental. Dessa forma, apesar do desenvolvimento da Política de Prevenção na estrutura administrativa do governo estadual ao longo dos anos, ainda é necessário o avanço do projeto de lei que visa a institucionalização dessa política, além de alternativas que não permitam a total paralisação das atividades propostas pelo Fica Vivo!. Como mencionado por um entrevistado, “a concorrência com o tráfico é desleal pra caramba”, e as ações para preservar a vida desses jovens e adolescentes não podem ser interrompidas.

REFERÊNCIAS

- BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Poder e decisão. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam. (Orgs.) **Política & sociedade**. São Paulo: Nacional, 1983.
- BATTIBUGLI, Thaís. **A Formulação de Nova agenda para a segurança pública: as iniciativas federais e sua influência na política pública de segurança paulista**. Revista de Estudos de Política. Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba. V. 1, nº 2, 2012.
- BEATO FILHO, Cláudio Chaves et al. Reducción de homicidios en Minas Gerais: un análisis del programa «Fica Vivo!». **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 116, p. 129-158, 2017.
- BEATO, Claudio. Case Study: “**Fica Vivo**” homicide control project in Belo Horizonte. Working papers, Washington DC, v. 1, n. 2005/01/01, p. 1-52, 2005.
- BEATO, Claudio. Estudio de caso: Programa Fica Vivo en Brasil. **CAPSI/Iniciativa Centroamericana Del Sector Privado**, 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 mai. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccIVIL_03/leis/L9637.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 mar. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018.
- CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório sobre segurança cidadã e direitos humanos**. 2009. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/pdf%20files/SEGURIDAD%20CIUDADANA%202009%20PORT.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- COUTINHO, Frederico M. A.; ROMERO, Gerlaine; MELO, Íria. **Os desafios do controle de resultados nas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP): um estudo do caso de Minas Gerais**. In: III CONGRESSO DE CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 1. Anais... Brasília, maio 2009.
- EASTON, David et al. **Modalidades de análise política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Diagnóstico**. Plano Estadual de Defesa Social (impressão preliminar). Belo Horizonte: FJP, 2013.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Editora Atlas, 2002.

GOMES, Andreza Rafaela A. **O olhar comunitário sobre as ações da política de prevenção social à criminalidade nos territórios:** estudo de caso nas comunidades Jardim Felicidade e Morro Alto. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública 2016-2018; da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho a Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Belo Horizonte, 2018.

GUEDES, Déborah. **O programa de controle de homicídios - Fica Vivo!:** uma análise de seu eixo de intervenção estratégica. Monografia apresentada para a conclusão do Curso Superior de Administração – habilitação em Administração Pública, à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017.

KINGDON, John. **Como chega a hora de uma idéia.** Políticas públicas: coletânea. Brasília: ENAP, v. 1, p. 219-225, 2006.

MARQUES, Bruna N. **Parcerias entre estado e terceiro setor:** um estudo de caso da política de prevenção social à criminalidade do estado de Minas Gerais. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em Administração Pública. Belo Horizonte, 2015.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 43.334, de 20 de maio de 2003.** Cria o programa de controle de homicídios do estado de Minas Gerais. DE, 21 mai. 2003. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 46.020, de 09 de agosto de 2012.** Regulamenta a Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, institui e disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 47.088, de 23 de novembro de 2016.** Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011.** Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 56, de 29 de janeiro de 2003.** Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Defesa Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Lei nº 14.870, de 16 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP - e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.** Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Instrução n. 3.03.20/2016-CG..** Regula o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR)/ Polícia Militar de Minas Gerais – Comando Geral. 2.ed. rev. Belo Horizonte: Seção Estratégica de Emprego Operacional (EMPM/3), 51 p., 2016b.

MINAS GERAIS. Resolução Conjunta nº 160, de 14 de janeiro de 2013. Estabelece diretrizes de atuação conjunta entre os Grupos Especializados em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR e os Centros de Prevenção à Criminalidade de Base Local – CPC. **Minas Gerais Diário do Executivo.** Belo Horizonte, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade. **Edital CPEC/SEDS nº 001/2015, de junho de 2015.** Disponível em:
<<https://prosas.com.br/uploads/system/arquivos/arquivos/000/000/047/original/EDITAL.CPEC.SEDS.01.2015.pdf?1433344398>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade. **Edital CPEC/SEDS nº 002/2015, de setembro de 2015.** Disponível em:
<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/151445/caderno1_2015-09-12%2014.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Instituto Elo. **Termo de Parceria SEDS-Instituto Elo nº 02/2005.** Disponível em:
<<http://institutoelo.org.br/site/transparencia/parcerias>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Instituto Elo. **Termo de Parceria SEDS-IJUCI nº 35/2016.** Disponível em: < <https://www.ijuci.org.br/wp-content/uploads/2016/09/termo-parceria-ijuci.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. **Prevenção social à criminalidade: a experiência de Minas Gerais.** Convênio SENASP MJ 251/2007. Belo Horizonte, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Política de prevenção social à criminalidade.** Belo Horizonte: SESP, 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade. **Edital SESP/SUPEC nº 01/2017.** Disponível em:
<http://www.seguranca.mg.gov.br/images/seds_docs/Editais_Cepec/Edital%20SESP%2001-2017%20retificado%20II.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral / 3ª Seção do Estado-Maior. **Instrução n. 0002/05- CG.** Regula a criação e emprego do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR. Belo Horizonte, 2005..

MIRANDA, Débora S. **O papel da política de prevenção à criminalidade para o alcance da segurança cidadã:** estudo de caso dos programas de base local do Governo do Estado de Minas Gerais. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração Pública, 2013-2015, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Letícia C. **Parceirização entre estado e sociedade civil: uma análise institucional do modelo de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) em Minas Gerais e da execução da Política de Prevenção Social à Criminalidade via Termo de Parceria.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração Pública, 2015-2017, da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Belo Horizonte, 2017.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014. **Seguridad Ciudadana Con Rostro Humano: Diagnóstico y Propuestas para América Latina.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. NY, Estados Unidos, 2013.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos.** Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

SILVA, Pedro Luiz Barros; DE MELO, Marcus André Barreto. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos.** Campinas: Unicamp, 2000.

SILVEIRA, Andréa Maria. **A Prevenção de homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras.** Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Talles A. **A implementação da política estadual de prevenção social à criminalidade de Minas Gerais: paradigmas, coalizões e incrementalismo.** Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Belo Horizonte, 2016.

SUPEC, Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade. **Guia de orientações para a execução do trabalho.** Belo Horizonte: SUPEC (Documento interno), 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil.** Brasília: Flacso Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para entrevistas do corpo estratégico

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Apresentação: meu nome é Gabriel Ornelas, sou estudante de Administração Pública da Fundação João Pinheiro e estagiário da Diretoria de Proteção Social da Juventude da SUPEC – referente ao Fica Vivo!. Estou realizando um estudo sobre a paralisação da política de prevenção à criminalidade que ocorreu no ano passado (2017) e gostaria de entrevistá-lo.

Analistas Sociais

1. Qual a sua trajetória dentro do programa Fica Vivo?

(Deixar falar no geral) Perguntas que podem complementar:

- Quando entrou no programa?
- Já trabalhou em outro programa?
- Qual sua formação? Como conheceu o FV!?

2. Quais as atividades desempenhadas por você?

- O que você faz?
- O que é (atividade mencionada)? O que é produzido a partir dessa atividade?
- Qual o objetivo com elas? Como elas contribuem para o Fica Vivo?

3. A partir das atividades mencionadas, qual o efeito você pensa que a interrupção do programa pode ter causado na execução da política?

- Tentar utilizar as atividades mencionadas para formular as perguntas.
- Como você vê o impacto da interrupção nas atividades que você desempenha?

APÊNDICE B - Roteiro para entrevistas de oficinairos**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

Apresentação: meu nome é Gabriel Ornelas, sou estudante de Administração Pública da Fundação João Pinheiro e estagiário da Diretoria de Proteção Social da Juventude da SUPEC – referente ao Fica Vivo!. Estou realizando um estudo sobre a paralisação da política de prevenção à criminalidade que ocorreu no ano passado (2017) e gostaria de entrevistá-lo.

Oficineiros

1. Qual a sua trajetória dentro do programa Fica Vivo?

(Deixar falar o geral) Perguntas que podem complementar:

- Qual a oficina que executa? Já executou outra oficina?
- Já desempenhou outras atividades dentro do programa?
- Já teve contato com o programa antes de ser oficinairo? (Pode ter sido ex-atendido pelo programa).

2. Como você se insere dentro da comunidade?

- Quais as atividades que você desempenha?
- Qual o tipo de relação que tem com os jovens?
- Como através da oficina você acha que contribui para o objetivo do Fica Vivo?

3. O que você acha que a interrupção causa a partir do trabalho que você desempenha e seus objetivos?

(Tentar trabalhar com as respostas obtidas nos primeiros tópicos para obter o impacto a partir das atividades e inserção na comunidade).

APÊNDICE C - Roteiro para entrevistas do GEPAR**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

Apresentação: meu nome é Gabriel Ornelas, sou estudante de Administração Pública da Fundação João Pinheiro e estagiário da Diretoria de Proteção Social da Juventude da SUPEC – referente ao Fica Vivo!. Estou realizando um estudo sobre a paralisação da política de prevenção à criminalidade que ocorreu no ano passado (2017) e gostaria de entrevistá-lo.

GEPAR

1. Qual a sua trajetória no GEPAR?

- Há quanto tempo você trabalha nesse grupamento?
- Qual é o seu trabalho cotidiano?
- Quais são as atividades mais importantes que você desempenha?
- O que remunera melhor o seu trabalho?

2. O que é o GEPAR e quais são as atividades desempenhadas?

- Qual a diferença de atuação entre o GEPAR e os outros grupamentos?

3. Você conhece o Fica Vivo?

- O que é o Fica Vivo para você?
- Qual a relação do grupamento do GEPAR com o programa dentro da área de atuação?
- Ficou sabendo da paralisação do programa? Quais mudanças foram percebidas?

4. (Fazer pergunta se a resposta da 3 for positiva) Qual impacto o Fica Vivo faz no trabalho do GEPAR?

APÊNDICE D - Roteiro para entrevistas de gestores**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

Apresentação: meu nome é Gabriel Ornelas, sou estudante de Administração Pública da Fundação João Pinheiro e estagiário da Diretoria de Proteção Social da Juventude da SUPEC – referente ao Fica Vivo!. Estou realizando um estudo sobre a paralisação da política de prevenção à criminalidade que ocorreu no ano passado (2017) e gostaria de entrevistá-lo.

GESTORES**1. Qual a sua trajetória dentro do Programa Fica Vivo ou da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais?**

- Quando entrou na política?
- Trabalhou em algum programa antes de ser gestor?
- Qual a sua formação? Como conheceu a política?

2. Quais as atividades desempenhadas por você?

- Perguntar o que é o programa e o que ele faz.
- Como as atividades desempenhadas por você contribuem para o objetivo do programa?
- Metodologia: tentar abordar as atividades e efeitos esperados propostos; e como contribuem para o objetivo do programa.
- Legitimidade do programa frente às comunidades.
- Legitimidade do programa dentro do governo estadual.

3. Em quais atividades (mencionadas anteriormente) você percebe que a paralisação da política de prevenção causou impacto?

APÊNDICE E - Roteiro para entrevistas do corpo estratégico**ROTEIRO PARA ENTREVISTAS**

Apresentação: meu nome é Gabriel Ornelas, sou estudante de Administração Pública da Fundação João Pinheiro e estagiário da Diretoria de Proteção Social da Juventude da SUPEC – referente ao Fica Vivo!. Estou realizando um estudo sobre a paralisação da política de prevenção à criminalidade que ocorreu no ano passado (2017) e gostaria de entrevistá-lo.

CORPO ESTRATÉGICO**1. Qual a sua trajetória dentro do Programa Fica Vivo ou da Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais?**

- Quando entrou na política?
- Qual a sua formação? Como conheceu a política?

2. Quais as atividades desempenhadas por você?

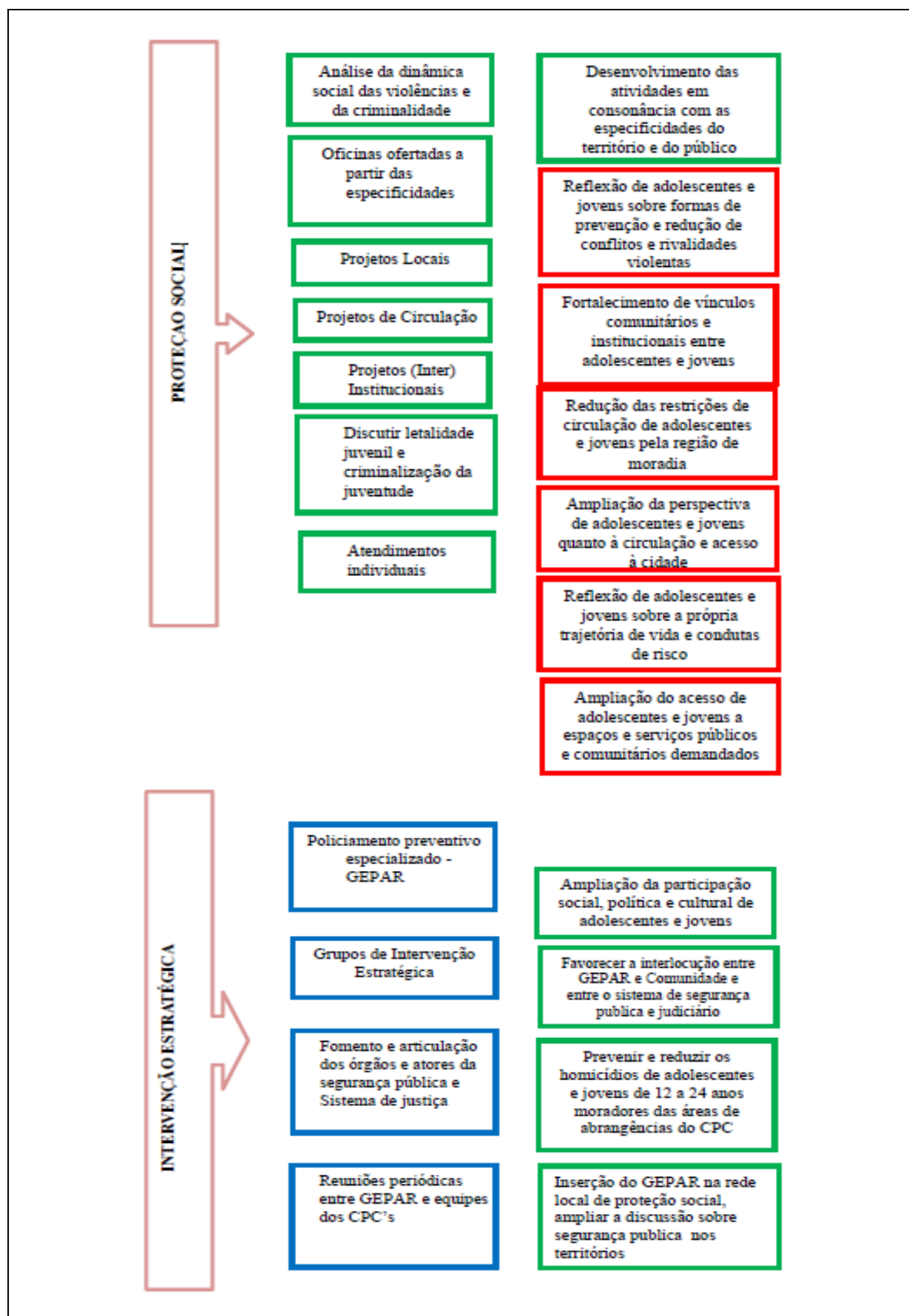
- Perguntar o que é o programa e o que ele faz.
- Como as atividades desempenhadas por você contribuem para o objetivo do programa?
- Legitimidade do programa frente às comunidades.
- Legitimidade do programa dentro do governo estadual.

3. Em quais atividades você percebe que a paralisação da política de prevenção causou impacto?

- Utilizar metodologia.

4. Como os interlocutores deram notícia da interrupção?

- Quem ajudou?
- Qual o interesse dos interlocutores na retomada da política?



ANEXO - Quadro Lógico do Programa Fica Vivo!

(MINAS GERAIS, 2017)

RECURSOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADO INTERMEDIÁRIO	RESULTADO FINAL	IMPACTO
PROTEÇÃO SOCIAL					
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção de CPC de Base Local (por parte da política) - Contratação de gestão e equipe técnica - Capacitação e supervisão 	Realizar a análise da dinâmica social das violências e da criminalidade	<ul style="list-style-type: none"> - Dinâmica social das violências e da criminalidade analisada; - Compreensão das especificidades da dinâmica social das violências e da criminalidade da área de abrangência do Programa; - Mapeamento da dinâmica social vinculada aos conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento das demais atividades em consonância com as especificidades do território e do público. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e fortalecimento da rede de proteção sócio comunitária do adolescente e do jovem. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção de CPC de Base Local (por parte da política) - Contratação de gestão e equipe técnica - Capacitação e supervisão - Contratação de serviços 	Implantar oficinas de esporte, cultura e arte	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas implantadas a partir das especificidades de cada território e do público; - Participação de adolescentes e jovens nas oficinas; - Transmissão de um ofício; - Abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; - Criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; - Promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; - Favorecimento da integração entre adolescentes e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; - Reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; - Ampliação da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; - Integração entre os adolescentes e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens. 	<p style="text-align: center;">PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DOLOSOS DE ADOLESCENTES E JOVENS MORADORES DOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DOS CENTROS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE</p>

<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção de CPC de Base Local (por parte da política) - Contratação de gestão e equipe técnica - Capacitação e supervisão - Contratação de serviços 	<p>Planejar e executar Projetos Locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos Locais planejados e executados a partir das especificidades de cada território e do público; - Participação de adolescentes e jovens nos Projetos Locais; - Favorecimento da integração entre adolescentes e jovens 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento e/ou fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; - Integração entre os adolescentes e jovens. 		
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção de CPC de Base Local (por parte da política) - Contratação de gestão e equipe técnica - Capacitação e supervisão - Contratação de serviços 	<p>Planejar e executar Projetos de Circulação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos Circulação planejados e executados a partir das especificidades de cada território e do público; - Participação de adolescentes e jovens nos Projetos de Circulação; - Promoção da circulação de adolescentes e jovens por diferentes espaços das cidades; - Favorecimento da integração entre adolescentes e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento e/ou fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; - Circulação de adolescentes e jovens para além da região de moradia; - Ampliação da perspectiva de circulação e de acesso à cidade; - Integração entre os adolescentes e jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e fortalecimento da rede de proteção sócio comunitária do adolescente e do jovem; 	
<ul style="list-style-type: none"> - Implantação e manutenção de CPC de Base Local (por parte da política) - Contratação de gestão e equipe técnica - Capacitação e supervisão - Contratação de serviços 	<p>Planejar e executar Projetos (Inter) Institucionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos (Inter) Institucionais planejados e executados; - Participação de adolescentes e jovens nos Projetos (Inter)Institucionais; - Favorecimento da integração entre adolescentes e jovens moradores das diferentes áreas atendidas pelo Programa; - Promoção da circulação de adolescentes e jovens por diferentes espaços das cidades; - Criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de 	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; - Ampliação da perspectiva de circulação e de acesso à cidade. - Ampliação da participação social, política e cultural dos adolescentes e jovens participantes do Programa; - Integração entre os adolescentes e jovens; - Reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas envolvendo adolescentes e jovens. 	<p>PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DOLOSOS DE ADOLESCENTES E JOVENS MORADORES DOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DOS CENTROS DE PREVENÇÃO À</p>

		conflitos e rivalidades violentas.	violentas.		CRIMINALIDADE
- Implantação e manutenção de CPC de Base Local (por parte da política) - Contratação de gestão e equipe técnica - Capacitação e supervisão	Realizar atendimentos individuais	- Adolescentes e jovens atendidos individualmente; - Criação de espaços de reflexão sobre trajetórias de vida e condutas de risco; - Encaminhamento e acompanhamento de adolescentes e jovens atendidos individualmente; - Adolescentes e jovens encaminhados e acompanhados.	- Estabelecimento e fortalecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; - Reflexão de adolescentes e jovens sobre a própria trajetória de vida e condutas de risco. - Ampliação do acesso de adolescentes e jovens a espaços e serviços públicos e comunitários demandados.		

RECURSOS	ATIVIDADES	PRODUTOS	RESULTADO INTERMEDIÁRIO	RESULTADO FINAL	IMPACTO
INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA					
- Grupo especializado de policiamento preventivo; - capacitação contínua de efetivo policial;	Capacitação do policiamento preventivo especializado	- Capacitação do policiamento preventivo especializado	- Ampliação da assertividade e tempestividade do policiamento preventivo; - Aproximação entre a população e os policiais; - Contribuir para a ampliação da legitimidade do policiamento preventivo e das ações repressivas;	- Prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas;	PREVENÇÃO E REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS DOLOSOS DE ADOLESCENTES E JOVENS MORADORES DOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DOS CENTROS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE
- Implantação e manutenção do Sistema de Informação do Grupo de Intervenção Estratégica - SIGIE	Formação e funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica em parceria com o Ministério Público	- Grupos de Intervenção Estratégica formados e em funcionamento; - Compreensão das especificidades da dinâmica social da criminalidade da área de abrangência do Programa;	- Aproximação e integração entre os representantes das instituições componentes do GIE; - Estabelecimento e/ou ampliação da troca de informações entre os representantes das	- Ampliação da sensação de segurança.	

<p>- Capacitação - Contratação de serviços</p>		<p>- Monitoramento de pessoas e/ou grupos envolvidos com homicídios relacionados à dinâmica criminal das áreas de abrangência do Programa; - Implantação e alimentação do SIGIE com informações referentes às pessoas e/ou grupos monitorados.</p>	<p>instituições componentes do GIE sobre as especificidades da dinâmica social da criminalidade da área de abrangência do Programa; - Priorização da movimentação dos trâmites das fases pré-processual e processual referentes aos crimes relacionados às pessoas e/ou grupos monitorados; - Ampliação da assertividade e tempestividade do policiamento preventivo e repressivo realizado nas áreas de abrangência Programa; - Readequação quanto à prioridade de desenvolvimento das atividades de proteção social.</p>		
--	--	--	--	--	--